

**HISTÓRIA E PROPAGANDA POLÍTICA:
A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE GETÚLIO
VARGAS (1930 – 1945)**



**POR CRISTINA BOECKEL
ORIENTADOR: SÓCRATES NOLASCO**

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas
ECO – Escola de Comunicação

História e propaganda política: a construção da imagem de Getúlio Vargas (1930-1945)

por

Cristina Reis Boeckel - DRE: 100113804

Monografia apresentada ao curso de graduação em Comunicação Social – habilitação em Publicidade e Propaganda – da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção de bacharelado em Comunicação Social.

Orientador: Sócrates Nolasco

2º semestre de 2005

**HISTÓRIA E PROPAGANDA POLÍTICA: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE
GETÚLIO VARGAS (1930 – 1945)**

Por Cristina Reis Boeckel

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Sócrates Nolasco - Orientador

Prof. Dr. Cid Pacheco

Prof. Dra. Priscila Kuperman

História e propaganda política: a construção da imagem de Getúlio Vargas (1930-1945). Cristina Reis Boeckel. Sócrates Nolasco. Rio de Janeiro. ECO/UFRJ, 2005. Graduação em Comunicação Social – habilitação em Publicidade e Propaganda. Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro / ECO - UFRJ.

TÓPICOS DE INTERESSE:

I – Propaganda

II – Getúlio Vargas

III – Política

IV - Populismo

V - DIP

Resumo:

Análise dos mecanismos utilizados pela propaganda política de Getúlio Vargas, no período de 1930 a 1945, e como foi construída na mídia a imagem de Vargas como o “pai dos pobres”. As causas que promoveram a ascensão de governos totalitários no Brasil e em outras partes do mundo. A organização e o funcionamento dos órgãos de propaganda oficial. Como era exercido o trabalho dos órgãos de censura e propaganda responsáveis por cercear o conteúdo dos veículos de comunicação e preencher os espaços públicos com mensagens favoráveis ao regime. A utilização do trabalho de artistas de sucesso como arma de promoção das realizações do presidente. A análise de algumas peças de propaganda produzidas neste período. O legado deixado pela propaganda da época para a propaganda atual.

Abstract:

Analysis of the mechanisms used by the political propaganda of Getúlio Vargas in the period of 1930 to 1945 and how the image of Vargas as the "father of the poor" was constructed in the media. The causes that promoted the ascension of totalitarian governments in Brazil and in other parts of the world. The organization and the works of the official propaganda organs. How it was done the work of the censorship and propaganda organs responsible for developing the content of the communication and fulfilling public spaces with positive images of the regime. The use of the work of successful artists as a weapon of promotion of the president's realizations. The analysis of some of the advertising pieces produced at this period. The legacy left by the propaganda at the time to the current one.

SUMÁRIO:

1	INTRODUÇÃO	08
2	REGIMES TOTALITÁRIOS EUROPEUS E SUAS INFLUÊNCIAS NA ERA VARGAS	12
2.1	ASCENSÃO E PROPAGANDA DE BENITO MUSSOLINI	13
2.1.1	MUSSOLINI APROVEITA O CAOS	14
2.1.2	BASES IDEOLÓGICAS DO FASCISMO	16
2.1.3	MUSSOLINI CHEGA AO PODER	18
2.1.4	PROPAGANDA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	20
2.2	ASCENSÃO E PROPAGANDA DE ADOLF HITLER	21
2.2.1	O SURGIMENTO PÚBLICO DE HITLER	23
2.2.2	O PARTIDO NAZISTA CHEGA AO PODER	28
2.2.3	A PROPAGANDA NAZISTA	29
3	ASCENSÃO E QUEDA DE GETÚLIO VARGAS (1930 – 1945)	33
3.1	CARACTERÍSTICAS DA PROPAGANDA POLÍTICA DO PRIMEIRO GOVERNO VARGAS	33
3.2	PRÉ-CONDIÇÕES PARA A REVOLUÇÃO DE 30	36
3.3	VARGAS COMEÇA A ENFRENTAR OPOSIÇÃO	39
3.4	O ESTADO NOVO	45
4	A PROPAGANDA DO GOVERNO VARGAS E OS ÓRGÃOS DE CENSURA	52

5 A CULTURA COMO ARMA DE PROPAGANDA	60
5.1 O RÁDIO COMO INSTRUMENTO DE PROPAGANDA	60
5.2 A MÚSICA POPULAR E O ESTADO NOVO	62
5.3 SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL	64
5.4 ARTISTAS E POLÍTICOS	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	72
ANEXOS	75

1- INTRODUÇÃO

“Em Brasília, dezenove horas.” Esta frase, acompanhada dos acordes de uma das principais árias da ópera O Guarani, faz parte da história do rádio brasileiro há 67 anos. A Voz do Brasil, programa radiofônico oficial do governo federal, foi criada durante o Estado Novo, período da história do Brasil que durou de 1937 a 1945.

Este trabalho dedica-se a mostrar quais são os mecanismos presentes na publicidade e propaganda oficiais deste período, que mudou profundamente a história do Brasil. A imagem de Vargas é, em grande parte, construída por ações na mídia. Apesar de existir vasto material sobre as realizações e história política do período em que Getúlio Vargas esteve no poder, pouco foi escrito sobre o perfil e diretrizes da propaganda política governamental entre 1930 e 1945.

A primeira parte do trabalho se dedica a pesquisar quais são as causas que fazem com que regimes semelhantes ascendam ao poder em outros países. Apesar de contar com características próprias, podemos ver que os regimes totalitários – tanto de direita quanto de esquerda – alcançam o poder ao se aproveitar de conjunturas de profundo caos social. Vamos observar as semelhanças entre os mecanismos que partidos e governantes utilizam para ganhar a confiança das massas.

Com base nas experiências da Itália e da Alemanha, podemos perceber que os políticos que costumam pregar idéias ultranacionalistas costumam triunfar em momentos de depressão econômica e política. Benito Mussolini se aproveita da crise gerada na Itália pelo sonho frustrado de construir um império com base na vitória da Primeira Guerra Mundial. Adolf Hitler ascende como líder por causa do impacto dos termos do Tratado de Versalhes associado aos efeitos do Crack da Bolsa de Nova York,

que provoca a fuga de investimentos externos na Alemanha. Getúlio Vargas conquista o poder a partir do enfraquecimento da oligarquia cafeeira, provocado pelas sucessivas crises no mercado do principal produto de exportação do Brasil na época, culminando com a crise de 29.

Como este é um trabalho que analisa a propaganda governamental de mais de 50 anos atrás, é necessário fazer uma retrospectiva histórica do período. A partir dela podemos ver que a Era Vargas é responsável por importantes transformações no país. Dentre as quais, podemos destacar a transição de uma economia quase que exclusivamente agrária para industrial e a criação de uma legislação que regulamenta as relações entre patrões e empregados. Estas mudanças ajudam Getúlio a voltar ao poder em 1954, por vias democráticas. Ele mantém-se na presidência enquanto é possível, antes de sua forma de poder ser enfraquecida por sucessivas crises internas e pela vitória dos países aliados sobre o Eixo na Segunda Guerra Mundial. Neste contexto, a maciça propaganda do governo tem como papel fundamental ajudar a construir a imagem de Getúlio Vargas como o líder da nação e dos trabalhadores e "pai dos pobres". A compreensão dos acontecimentos que fazem e influenciam a política de 1930 e 1945 são parte do capítulo três.

A organização dos órgãos de propaganda e a maneira como atuam e controlam a imprensa e tudo o que é transmitido ao povo é tema do capítulo quatro. Observaremos que a complexidade do sistema de propaganda e censura se torna maior ao longo do tempo, com o objetivo espalhar mensagens controladas pelos partidários do presidente. Em cada extinção e “renascimento” destes órgãos, eles ressurgem com estruturas cada vez maiores e dispendiosas, que procuram preencher todos os espaços públicos com mensagens favoráveis ao governo. As táticas de persuasão utilizadas pelos órgãos

oficiosos de propaganda incluem o incentivo ao ufanismo e o culto à imagem do presidente da República, presente em todos os lugares como, por exemplo: escolas, repartições públicas, algumas empresas privadas e aeroportos. A tentativa de fazer com que o chefe de estado seja onipresente chega a incentivar a composição de uma canção, anos após o fim do Estado Novo, quando Getúlio Vargas volta ao poder por meio do voto. "Bota o retrato do velho outra vez/ Bota no mesmo lugar/ O sorriso do velhinho/ Faz a gente trabalhar, oi!" A marchinha *Bota o Retrato do Velho*, de autoria de Haroldo Lobo e Marino Pinto, faz sucesso na voz de Francisco Alves no carnaval de 1951. Vence o concurso carnavalesco da prefeitura do Rio de Janeiro e, curiosamente, Marino é nomeado para o Departamento Federal de Segurança Pública pouco tempo depois. Mas, de acordo com algumas versões da história, o próprio Getúlio Vargas não gostava da canção, e chega a manifestar este desagrado em um encontro público com os compositores.

No quinto capítulo, mostramos como a ação do governo Vargas sobre a cultura modifica drasticamente a maneira como o brasileiro vê a si mesmo e seu país. A indústria cultural passa a ser vista como um importante instrumento de propaganda do regime. Financiamentos e apoios viabilizam (ou não) a execução de projetos de artistas que interessam àqueles que ocupam o poder. O movimento cultural mais evidente deste período é o de que a cultura popular passa a ser valorizada, como em outras partes do mundo, em detrimento a ótica cultural clássica e elitista que predomina até o fim da República Velha. As propostas da Semana de Arte Moderna de 1922 passam a ser mais aceitas pelo público.

Os veículos de comunicação que se popularizam na primeira metade do século XX - o rádio e o cinema - também passam a ser utilizados como meio de propagação da

mensagem do governo. O samba ainda é visto com preconceito por uma parcela da sociedade, mas começa a se tornar o ritmo-símbolo do Brasil. Boa parte da carga de má fama com que o samba é visto se deve ao fato de ser um estilo musical criado e feito por negros, além de propagar um estilo de vida incompatível com os ideais do governo pois, nesta época, prega a preguiça, a malandragem e é contra o trabalho. Os órgãos responsáveis pela censura se encarregam de tentar mudar a tônica das letras dos artistas desta época. Aliás, a relação entre artistas e governo é um tanto tumultuada neste período. Por um lado, muitos deles precisam dos financiamentos governamentais para exhibir e construir sua arte. Por outro, boa parte deles é adepta de ideologias de esquerda e vive um conflito ideológico. Este assunto será tratado com base no exemplo das relações com o poder oficial de três artistas de destaque, que atuam no cenário cultural em diferentes formas de arte. O primeiro é o maestro Heitor Villa-Lobos, que sabe utilizar-se do poder oficial para realizar o que considera o maior projeto de sua carreira, a democratização do ensino de música clássica. O segundo é o pintor Cândido Portinari, filiado ao Partido Comunista Brasileiro, mas executava diversos trabalhos para o governo Vargas. O terceiro é o escritor Mário de Andrade, que inicialmente acredita que a mudança nos rumos políticos do país talvez fosse boa para a cultura nacional, mas logo desilude-se ao perceber que o governo toma rumos antidemocráticos e que apenas as obras de arte que ufanam o governo são apoiadas.

O sexto capítulo apresenta exemplos concretos: a análise de obras de propaganda editadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo com o objetivo de ufanar o governo e educar o povo para o que consideravam como padrão de comportamento entre os cidadãos brasileiros.

2 - REGIMES TOTALITÁRIOS EUROPEUS E SUAS INFLUÊNCIAS NA ERA VARGAS

Em certos aspectos, os moldes gerais do governo de Getúlio Vargas durante os anos 30 e 40 são parecidos com os dos regimes totalitários de ultradireita adotados em países da Europa no período entre as duas Guerras Mundiais. As semelhanças entre a gestão brasileira e os modelos europeus são mais evidentes se analisarmos os rumos que são tomados após o governo se tornar uma ditadura, a partir do golpe do Estado Novo. Utilizaremos como parâmetro de comparação os regimes que vigoram na Alemanha e na Itália durante este período. Estes governos são escolhidos por serem os exemplos mais conhecidos desta época. Este trabalho não possui nenhuma intenção em rotular Getúlio Vargas como de nazista ou fascista, ou comparar o dano à humanidade causado por eles, o que no caso de Benito Mussolini e Adolf Hitler é infinitamente maior.

Percebe-se que as semelhanças começam com a maneira como os governantes chegam ao poder, aproveitando-se de momentos de caos político. Mussolini cresce no cenário público a partir da crise social provocada pela desastrosa participação da Itália na Primeira Guerra Mundial, quando o país perde muitos soldados, gasta muito dinheiro, mas não obtém os territórios e espólios que almeja ao entrar no conflito. Hitler aproveita-se do agravamento dos problemas econômicos e sociais gerados pelo Tratado de Versalhes para chegar ao poder.

Por sua vez, Getúlio Vargas cresce como líder político sendo apresentado como o candidato derrotado da Aliança Liberal à Presidência. Ele e seus partidários aproveitam-se do enfraquecimento da elite cafeeira com o *crack* da Bolsa de Nova York. Apesar de

ter perdido em eleições claramente fraudadas, Vargas aproveita a revolta provocada pela morte de João Pessoa, seu candidato à vice.

Ao chegarem ao poder, estes governantes provocam a subversão da ordem institucional em seus países. Mussolini impõe as leis fascistíssimas, que criam o estado militar fascista italiano. Hitler transforma-se no Führer a partir do incêndio do Reichstag e coloca seus inimigos fora da lei. Vargas institui o Estado Novo com a farsa do Plano Cohen, um plano comunista que teria sido forjado para tomar o poder, assim como o do governante alemão.

Nos três casos, observa-se que a ascensão do líder ao poder não significa simplesmente o reconhecimento dos partidos que representam, e sim uma forma de vitória pessoal, pois o povo passa a elevar a categoria de líder suas figuras pessoais acima das legendas políticas que representam. O crescimento destas figuras é favorecido pela ampla propaganda que promove o culto às suas personalidades.

Mas vale ressaltar que o endeusamento de chefes de Estado e grandes nomes da política não são apenas um fenômeno de países que adotam gestões de ultradireita; também pode ser observado nos governantes soviéticos (principalmente Stálin), e em outros países com governos comunistas após a Segunda Guerra Mundial.

2.1 – ASCENSÃO E PROPAGANDA DE BENITO MUSSOLINI

A proclamação do Reino da Itália acontece em 1871, a partir das lutas travadas ao longo de todo o século XIX entre os nacionalistas agrupados em torno da dinastia de Sabóia – do reino do Piemonte – contra os partidários da Igreja Católica, que detém um

vasto principado no país. Os italianos lutam também contra os austro-húngaros, que ocupam parte do norte de seu território.

Politicamente, as duas forças que dominam o país eram representadas pelos liberais, que querem a formação de um reino que una todos os principados em uma nação; e pelos católicos, favoráveis à manutenção dos poderes do Papa. Com as sucessivas vitórias dos partidários da dinastia de Sabóia, o Papa considera-se refém no Vaticano e exige que os fiéis à Igreja não participem da vida nacional. Por sua vez, os liberais procuram afastar padres e monges do ensino público e da participação política.

A vida política na recém-criada Itália se resume aos 2% da população que tem direito ao voto. O analfabetismo atinge 74% da população no fim do século XIX. (SILVA, 2000) Com boa parte da população mergulhada na pobreza, o país torna-se território fértil para o crescimento do socialismo e anarquismo entre as camadas populares. Desta maneira, em 1913, com a adoção do sufrágio universal, o Partido Socialista se fortalece.

De forma geral, a Itália é marcada pela distinção entre a economia agrária do sul, dominada por grandes famílias que aderem à monarquia para conseguir manter seus privilégios, e pelo dinamismo de centros industriais do norte, como Turim e Milão. A monarquia procura compensar a desigualdade na distribuição de terras com uma política imperialista mal-sucedida, tentando buscar no exterior os territórios que são ocupados pelos latifundiários no país e, desta maneira, aplacar a pobreza existente.

2.1.1 – MUSSOLINI APROVEITA O CAOS

Nestas condições, a Primeira Guerra Mundial mostra-se para a Itália como uma chance de obter destaque frente ao resto do mundo como potência imperialista e ganhar

territórios para distribuir entre a população insatisfeita, sem necessidade de grandes alterações na política interna. Embora fosse aliada da Alemanha e do Império Austro-Húngaro em várias questões internacionais, a Itália negocia em segredo a sua participação ao lado dos Aliados para receber, em troca do apoio, territórios nos Bálcãs e na África.

Os liberais mostram-se favoráveis e os socialistas contrários à entrada do país no conflito. Então, Benito Mussolini, um popular líder socialista e redator do jornal de esquerda *Avanti!*, exige a imediata entrada da Itália na guerra. Por sua opinião, é expulso do Partido Socialista, mas recebe apoio financeiro de empresários interessados nos gastos militares e funda o diário *Il Popolo d'Italia*, que se torna uma tribuna à favor da guerra. Seus companheiros socialistas o acusam de ter se vendido ao grande capital. Quanto mais permanece no centro das discussões, maior se torna sua a popularidade.

Vale fazer uma pausa e observar que, antes de ser um socialista ou um nacionalista de extrema direita, Benito Mussolini sabe ser um oportunista: percebe as chances que a guerra e os momentos de crise abrem para os aventureiros. Mesmo antes de se tornar chefe de estado, já sabe fazer a propaganda de sua personalidade: ao unir seu nome às causas nacionais e a intelectuais de renome como Filippo Marinetti, Gabrielle D'Annunzio e Mario Carli. O futuro *Duce* vende à opinião pública uma imagem de homem favorável à revolução dos costumes e ao futurismo¹, principalmente sob o ponto

¹ Em 1909, no jornal francês *Le Figaro*, o italiano Filippo Tommasio Marinetti publica o *Manifesto Futurista*, que surpreende o meio cultural pelo caráter violento de suas propostas. Entre elas estão o desprezo à mulher, o amor ao perigo, a exaltação da guerra como higiene do mundo, do militarismo, do patriotismo e da tecnologia. Após o primeiro manifesto, responsável por delinear o perfil ideológico do movimento, Marinetti lança, em 1912, o *Manifesto Técnico da Literatura Futurista*, com propostas como: emprego de verbos no infinitivo, abolição de adjetivos e advérbios, e a substituição de sinais de pontuação por sinais matemáticos.

de vista de que a guerra é a única maneira para alcançar a redenção do país em potência por meio de conflitos armados. Os veículos de comunicação do país são utilizados por ele para disseminar a ideologia de construção de uma grande potência mundial por meio da guerra. Além do seu próprio jornal, ele também utiliza a concorrência para tornar-se conhecido por meio de suas inflamadas opiniões políticas, seja por meio de críticas ou de apoio.

A Itália acaba por ingressar no conflito, mas as promessas de construção de um império são recusadas. Os 14 pontos do Plano de Paz do presidente norte-americano Woodrow Wilson fazem com que os países aliados se recusem a entregar povos e países ao domínio de outros. Os italianos, que perdem mais de 600 mil homens no conflito, declaram-se traídos. A frase mais ouvida nos meios nacionalistas é: “Ganhamos a guerra, mas perdemos a paz”.

2.1.2 – BASES IDEOLÓGICAS DO FASCISMO

Em 1919, o poeta Gabriele D’Annunzio invade a cidade portuária de Fiume e dá as bases em palavras e idéias para as diretrizes nacionalistas do pensamento e propaganda fascistas. A ação de D’Annunzio tem como causa um acordo firmado em segredo entre Grã-Bretanha, França e Rússia em 1915, que faz com que o lugar passe para o controle da Liga das Nações após a Primeira Guerra Mundial. A população da cidade tem dois terços de cidadãos de origem italiana. Os embates entre os moradores do lugar e as tropas internacionais de origem francesa, responsáveis por manter a ordem no lugar, são freqüentes. O assunto, que até então não ocupa as principais manchetes dos jornais, começa a chamar a atenção da opinião pública na Itália. D’Annunzio, que exige uma

intervenção italiana no lugar, resolve fazer isso por seus próprios meios. Utilizando-se de um discurso nacionalista, consegue contagiar mais de 2.600 homens, recolhidos em estradas italianas, que passam a segui-lo em uma jornada que parte de Roma até Fiume.

Apesar de ter sido declarado inimigo do Estado pelo governo e sua ordem de prisão ter sido decretada, as tropas italianas não fazem nada para detê-lo. Em 12 de setembro, o comando da cidade de Fiume é tomado por Gabriele D'Annunzio e seus partidários, sem disparar um tiro sequer. O poeta é recebido pelos italianos da cidade como um herói.

A maneira como D'Annunzio contagia as massas acaba por servir de exemplo para Benito Mussolini que, nesta mesma época, cria seus *fascios de combattimento*. O nome *fascio*, que dá origem à denominação fascista, tem origem nos feixes de varas carregados pelos lictores da Roma antiga para punir os criminosos. No caso dos homens liderados por Mussolini, os “criminosos” em questão são pacifistas, anarquistas e socialistas. Os soldados fascistas identificam-se por vestirem camisas negras, como um uniforme. A ideologia autoritária e ultranacionalista dos fascistas atrai, principalmente, jovens desesperançados em busca de ordem e de um lugar de destaque na sociedade, em meio à falta de oportunidades do regime vigente, agravada pela crise nas instituições provocada pela Primeira Guerra Mundial. Mais tarde, no Brasil, o intelectual Plínio Salgado funda um grupo nos moldes do criado por Mussolini: os integralistas caracterizados pelas camisas verdes e pelas saudações nacionalistas.

Em 1920, uma onda revolucionária inspirada na Revolução Russa sacode e cria insurreições de trabalhadores nas principais cidades industriais do norte, principalmente em Turim. No campo, algumas prefeituras em posse de socialistas iniciam uma Reforma Agrária, gerando ódio e incerteza nos proprietários rurais. O governo liberal,

cujo primeiro-ministro era Giolitti, mostra-se impotente para controlar a situação ou apresentar um plano de reformas satisfatório. Então, proprietários de terras passam a apelar para os grupos fascistas como força de manutenção da ordem. Financiados pela elite, estes esquadrões atacam sindicatos vermelhos, prefeituras ocupadas por políticos de esquerda e qualquer autoridade pró-proletariado ou pró-camponesa. Em um ano, cerca de 600 pessoas são mortas em ataques de camisas negras. As vítimas são humilhadas, mortas por espancamento ou pelo consumo (forçado) de grandes quantidades de óleo de rícino.

2.1.3 – MUSSOLINI CHEGA AO PODER

O movimento dos *fascios de combattimento* ganha caráter institucionalizado em 1921, com a fundação do Partido Fascista Nacional. A propaganda política começa a se institucionalizar. Cartazes espalhados por muros de bairros populares de grandes cidades procuram atrair mais “soldados” para o ideal ultranacionalista (anexo: Itália_01). A iniciativa dos fascistas era a de tentar ocupar todos os espaços públicos com mensagens do regime, estratégia que se torna comum em todos os governos de ultradireita. Mesmo com a expansão do partido, o poder de decisão é centralizado nas mãos de Mussolini. Os fascistas passam a ser aliados do grande capital e apoiados por nomes representativos do empresariado como Giovanni Agnelli, dono da Fiat, e Giuseppe Volpi, empresário do setor elétrico. Mesmo assim, mais de 40% dos membros do partido vêm de setores populares: trabalhadores agrícolas e industriais, marinheiros, estudantes, profissionais liberais, funcionários públicos e militares de baixo escalão.

Entretanto, os cargos de confiança são ocupados em 90% por membros da média e alta burguesia.

Luigi Facta substitui Giolitti como primeiro-ministro em 1922. O novo governante também se mostra incapaz de conduzir o país em meio à turbulência. Representantes da indústria, militares e até membros da família real pressionam o rei Vitório Emanuel III para buscar uma saída para a crise econômica e institucional.

Mussolini percebe que esta é a chance de ascender ao poder em meio ao caos constitucional. Organiza uma marcha sobre Roma das tropas de camisas negras de todo o país para pressionar o governo. Milhares de militantes fascistas se encaminham para a capital, sem qualquer restrição da polícia ou do Exército. A manobra surte efeito e, em 28 de outubro de 1922, Mussolini é indicado para o cargo de primeiro-ministro.

Os fascistas não possuíam grande representatividade no Parlamento. Mas o consistente apoio do partido de membros representativos da indústria e do Exército faz com que tanto liberais quanto católicos também passem a apoiar o novo governo.

Mussolini utiliza-se deste apoio para subverter a ordem constitucional com uma série de medidas. Entre elas, podemos destacar a criação da Milícia de Segurança Nacional, um grupo paramilitar que espanca e mata os adversários do regime, nos mesmos moldes dos grupos de militantes fascistas, e obedece às ordens do chefe de polícia Emílio de Bono. Também pode ser citada a organização do Grande Conselho Fascista, órgão extra-constitucional que aconselha o governo. Passa a ser definido um duplo Estado, onde as instituições tradicionais do reino são superadas pelo Estado autoritário fascista.

O Partido Fascista vence as eleições de 1924 de maneira claramente fraudada. O deputado socialista Giácomo Matteotti denuncia o medo e a tortura em um discurso na tribuna do Parlamento. Ele é seqüestrado e aparece morto 20 dias depois. O escândalo

abala o prestígio do nome de Mussolini, mas ele acaba por receber apoio do rei, do Exército e dos católicos e sai do caso fortalecido. Faz-se de vítima, como se a morte do deputado fosse parte de um complô para retirá-lo do poder. Com isso, passa a exigir plenos poderes no governo e promulga, em 1926, as leis fascistíssimas, que instituem uma ditadura onde ele assume oficialmente o papel de *Il Duce*, o líder.

2.1.4 – PROPAGANDA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

A difusão de cartazes e manifestos, utilizada por Mussolini para chegar ao poder, é usada novamente como arma ideológica durante a Segunda Guerra para estimular o sacrifício do povo em nome do progresso do Estado. A propaganda fascista confronta ideologicamente o fascismo e o socialismo (anexo: Itália_02), o fascismo e o capitalismo liberal (anexo: Itália_03). A guerra é mostrada como uma cruzada em nome da manutenção da própria existência do país. Os rancores da Primeira Guerra Mundial também são enfatizados como um estímulo ao conflito. Os combates são mostrados como a única maneira de se fazer justiça.

A entrada da Itália na guerra é apresentada como a quebra das cadeias impostas pelos países de economia tradicionalmente liberal, dentro do quadro da luta dos povos jovens e pobres contra as nações ricas. Os conflitos nos céus e mares conferem à guerra uma nova dimensão espacial. As Forças Armadas são apresentadas como a garantia de segurança da Itália. Na verdade, o despreparo militar e o atraso tecnológico da Marinha e da Aeronáutica eram compensados com uma notável propaganda de cartazes a cores e de grande efeito, que distorcem o desastroso quadro geral valorizando somente

episódios isolados da guerra aeronaval. (anexos: Itália_04, Itália_05, Itália_06, Itália_07, Itália_08).

Como já vimos antes, os fascistas sempre procuram atrair os jovens para seu ideal. O sistema educacional é utilizado como um meio de propaganda da figura do *Duce*. Os *balilas* são os representantes da infância e juventude fascistas, usam uniformes paramilitares para ir à escola, o que mostra o estado militar em que a Itália estava mergulhada. Representam o que o governo considera uma juventude saudável, que vive de acordo com os valores cívicos pregados pela ideologia do regime. As crianças são utilizadas como “vigilantes” do comportamento dos pais em relação ao sistema fascista.

No Brasil, cartilhas que pregam uma juventude com princípios considerados saudáveis pelo governo Vargas também são comuns nesta época, como veremos mais adiante. Buscar atrair crianças e jovens para o governo é atitude comum em ditaduras, uma maneira de tentar prolongar pelo maior tempo possível sua permanência no poder.

A idéia de usar crianças e jovens como agentes do governo pode ser observada sendo utilizada de forma semelhante mais tarde, em regimes ideologicamente diferentes, como na Revolução Cultural de Mao Tsé-Tung. Apesar de se apoiar em princípios socialistas, o governo chinês atua em relação a população com princípios de censura às comunicações de modo muito semelhante aos governos de Benito Mussolini e de Getúlio Vargas.

Até os dias de hoje, governos utilizam a educação de crianças para passar mensagens de economia, higiene e combate a doenças para seus pais.

2.2 – ASCENSÃO E PROPAGANDA DE ADOLF HITLER

Podemos considerar que a ascensão de Adolf Hitler ao poder começa com o Tratado de Versalhes. As cláusulas do documento são fatores que colaboram para o agravamento da crise econômica que se abate sobre a Alemanha e para o aumento do sentimento de revanchismo contra os países vencedores da Primeira Guerra Mundial, principalmente contra a França.

O Tratado de Versalhes conta com 34 cláusulas e é assinado no dia 28 de junho de 1919, após sete meses de negociações. Pelo acordo, a Alemanha passa a ser obrigada a aceitar uma série de condições para não ter seu território desmembrado. Alguns dos tópicos estabelecidos pelo acordo eram: o pagamento de uma indenização de US\$ 33 bilhões para os vencedores do conflito, a retirada das tropas alemãs dos territórios da França, Bélgica e Luxemburgo; a limitação do Exército alemão a cem mil integrantes; a entrega aos países Aliados de caminhões, locomotivas, canhões e metralhadoras em condições de uso; a margem esquerda do rio Reno também passa a ser administrada pelos vencedores da Primeira Guerra (O Globo, p.182, 2000).

Ainda em 1919, John Maynard Keynes critica as excessivas retaliações econômicas aplicadas contra a Alemanha no livro: “As consequências econômicas da paz”. O economista duvida que a indenização estipulada possa ser paga e prevê uma grave crise econômica, que poderia gerar desemprego e desvalorização do marco alemão – o que acaba acontecendo. O livro lança Keynes como um dos maiores nomes do pensamento econômico do século XX e é produto de suas observações no período em que foi conselheiro do primeiro-ministro britânico Lloyd George na Conferência de Versalhes. Keynes questiona os tradicionais nomes do pensamento liberal da Inglaterra e afirma que deve haver um controle central dos estados sobre a economia, evitando flutuações (O Globo, p.182, 2000). Esta obra é o principal pilar do pensamento econômico que

vigora após a Segunda Guerra Mundial, quando os governos assumem uma política de controle estatal da economia e manutenção do bem-estar social dos trabalhadores, com ampla garantia de direitos.

No começo de 1923, tropas francesas ocupam com cem mil soldados o Vale do Ruhr, principal região industrial alemã, com o intuito de cobrar em produtos as dívidas de guerra que a Alemanha deixou de pagar. O governo alemão instrui os trabalhadores da região a oferecer resistência passiva aos invasores, entrando em greve ou retardando o processo de produção. Os franceses reagem matando grevistas. EUA e Grã-Bretanha condenam a manobra. A invasão do Ruhr paralisa setores vitais da economia alemã e atinge duramente a cotação do marco, dando impulso a um violento processo inflacionário agravado em agosto de 1922, quando fracassa a proposta de moratória da dívida de guerra pelo governo alemão. No auge do processo, o marco chega à cotação de 4,2 trilhões para cada dólar. Em 1914, ao começar a Primeira Guerra Mundial, a proporção é de quatro marcos para um dólar. O preço médio de um pão, por exemplo, sobe de 20 mil para cinco milhões de marcos em um único dia. No fim de 1923, o mesmo pão já custa 200 bilhões de marcos. O dinheiro alemão vira pó. Mais tarde, a ação militar francesa serve para fortalecer o sentimento de revanchismo contra a França. Mais tarde, os nazistas se aproveitarão deste sentimento.

2.2.1- O SURGIMENTO PÚBLICO DE HITLER

Ainda em 1923, Adolf Hitler tenta chegar ao poder pela primeira vez por meio da força. O *Putsch* da cervejaria, em Munique, começa na noite de oito de novembro.

As autoridades da Baviera, naquela época, adotavam uma política extremamente tolerante em relação aos grupos de extrema-direita. Os governantes da região consideravam que esta era uma forma de proteger a região, palco principal de uma tentativa de golpe socialista em 1918. Por isso, a cidade é escolhida por Hitler para ser a sede do partido criado por ele.

Na data marcada para o golpe, a cervejaria está lotada. O local é ponto de encontro de altos oficiais do Exército, policiais e autoridades públicas. Hitler invade o lugar com um grupo das SA, tropas de choque do partido, no momento em que o comissário de Estado Gustav von Kahr, iniciava um discurso. Diversos nazistas já estavam disfarçados no lugar, esperando apenas a chegada de Hitler.

Kahr, o general Von Lossow e membros da polícia da Baviera são levados para uma sala. Eles haviam concordado com Hitler em conversas anteriores sobre a necessidade de mudanças no sistema político, mas acreditam não ser aquele o momento certo. Adolf Hitler afirma que está organizando um governo nacional e que pretende contar com eles. Os reféns só concordam em apoiar o movimento após a chegada do general Erich von Ludendorff, que também não sabe do *Putsch*. O general, apesar de irritado, aceita a chefia do Exército.

O golpe começa a dar errado quando Lossow e Kahr, soltos por Hitler, decidem agir contra o movimento, dando ordens para a polícia prender os insurgentes. Na manhã do dia 9, Hitler, Ludendorff e as milícias da SA vão ao centro da cidade. As tropas do governo já os esperam. Os líderes do movimento são presos, mas têm suas penas reduzidas. A de Adolf Hitler, por exemplo, é reduzida de cinco anos para nove meses.

Durante o tempo em que permanece na prisão, Hitler coloca no papel suas idéias sobre judeus, eslavos, latinos, ciganos e minorias étnicas. Para divulgá-las, publica um

livro: *Mein Kampf* (Minha Luta), lançado em 18 de julho de 1925. As críticas não são as melhores mas, em 1933, quando Hitler torna-se primeiro-ministro, o livro tem tiragens anuais de milhões de exemplares. O sucesso literário não se deve somente à afinidade com as idéias publicadas ali, mas porque se torna interessante ter um exemplar à mão caso seja abordado pelas SA.

Para compreender a maneira como Adolf Hitler consegue ascender ao poder, é preciso entender como a Alemanha é organizada. Após a Primeira Guerra Mundial, o país organiza-se como uma república parlamentar, de cunho liberal e representativo. Sua constituição, votada na cidade de Weimar – daí a denominação República de Weimar – estabelece um regime avançado de direitos políticos e sociais, com amplas garantias públicas. Alianças formadas por dois conjuntos de partidos se revezam no poder: uma coligação de esquerda formada pelo Partido da Social-Democracia, pelo Partido Democrata e pelo Zentrum, o Partido do Centro Católico. Do outro lado, está uma coligação de direita ligada aos interesses empresariais com os setores mais conservadores dos católicos do Zentrum e do Partido Democrata, ligados ao Partido Popular Alemão. Uma outra possibilidade é a formação de uma Grande Coalizão, com a participação de todos os partidos constitucionais no governo, o que acontece entre 1928 e 1930.

A ordem republicana é questionada por dois grupos: pelo Partido Comunista, que tenta realizar uma revolução socialista em 1919, que foi derrotada pelo Exército alemão, e por pequenos partidos de extrema direita que não aceitam a derrota alemã na Primeira Guerra Mundial e a Constituição de Weimar. Um destes grupos de direita é o até então pequeno Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), que acaba popularizado como nazista – uma corruptela de *national und sozialist*. A plataforma

política do partido recusa a existência da República e vê em tudo uma conspiração judaica mundial contra a superioridade racial e cultural alemã. Prevê também a liquidação do Tratado de Versalhes e a construção de Forças Armadas poderosas, que inspirem medo nos adversários. A política bélica de Hitler para o Estado alemão fica clara neste trecho de um discurso feito para uma platéia de industriais, um ano antes de se tornar primeiro-ministro:

E assim, em contraste com o nosso governo oficial, eu não posso ver esperança para a ressurreição da Alemanha se olharmos a política externa como fator primário: a necessidade primária é a restauração de um saudável corpo político alemão armado para atacar. Um corpo político alemão completamente renovado internamente, intolerante com quem quer que peque contra a nação e seus interesses. (SILVA, p. 291, 2000)

O estopim para o crescimento do Partido Nazista é a crise econômica mundial de 1929. Desde a invasão do Ruhr e o veto ao pedido de moratória da dívida de guerra, em 1923, a Alemanha procura reerguer-se às custas da introdução de novas formas de organização de produção, como o *fordismo*. Grandes empresas, principalmente multinacionais dos EUA, instalam-se no país, empregando milhares de operários. Com o *crack* da Bolsa de Valores de Nova York, o capital norte-americano é retirado. As exportações de produtos industriais, que movimentam a economia, sofrem uma queda abrupta, levando o país a uma crise profunda. O desemprego cresce assustadoramente. Eram quatro milhões de desempregados em 1930. Dois anos depois, o desemprego atinge seis milhões de alemães. (SILVA, p.291, 2000)

As instituições públicas dão sinais de exaustão e o governo mostra-se incapaz de tirar a Alemanha do caos social em que está. O presidente da República, o marechal Hindenburg, utiliza seus poderes para nomear um governo de exceção para administrar o país por meio de decretos. A Constituição de Weimar previa este tipo de governo em caso de crise.

O escolhido por Hindenburg para ser o primeiro-ministro é Brüning, um político católico de centro. Logo ao assumir o poder, ele convoca novas eleições e coloca em prática um programa de ajuste fiscal extremamente anti-popular, com redução salarial dos funcionários públicos, redução do seguro-desemprego, das aposentadorias, a anulação das convenções coletivas de trabalho e o aumento dos impostos indiretos. O resultado é previsível: o partido de Brüning, de centro-direita, perde votos nas eleições parlamentares. O Partido Nazista cresce e elege 107 deputados, um crescimento de 3% para 18% do Reichstag. Os nazistas tornam-se o segundo maior partido do país, atrás somente da social-democracia. O Partido Comunista também cresce. Com o fracasso nas urnas, torna-se difícil a governabilidade, pois o chanceler não tem maioria no Parlamento. O marechal Hindenburg acaba demitindo Brüning.

O primeiro-ministro seguinte é um aristocrata católico: Franz von Papen sobe ao poder em 1932. Assim como Brüning, não tem o apoio da maioria dos deputados. Para manter-se no cargo, Papen procura uma aproximação com o Partido Nazista e, conseqüentemente, com Adolf Hitler.

As eleições seguintes para constituir o Parlamento acontecem em clima de violência, com os nazistas utilizando a força como método de convencimento do eleitorado. A estratégia dá certo e o Partido Nazista sai do pleito como o mais forte, com 253 deputados, ou seja, 44% de participação no Parlamento alemão.

Com o grande crescimento dos nazistas, Papen propõe uma participação restrita de Hitler no gabinete de governo e tenta negociar o apoio da elite econômica católica aos nazistas, como forma de torná-los mais confiáveis. Adolf Hitler não aceita ter um papel secundário na chancelaria.

Em meio a este impasse, acontecem novas eleições para o Parlamento. Mais uma reviravolta: a grande surpresa do pleito é a de que os nazistas perdem grande apoio popular e, como consequência, espaço político no Parlamento. Os social-democratas mantêm seu espaço e, surpreendentemente, os comunistas conquistam a maioria dos eleitores. As forças armadas ameaçam impedir o funcionamento do Parlamento caso os comunistas tomem posse. Para acalmar os ânimos, o presidente Hindenburg dá o cargo de primeiro-ministro a um militar, o general Schleicher. O ex-chanceler Papen conspira contra o governo do general visando voltar ao poder. Apesar da queda na popularidade dos nazistas, tanto o general que virou primeiro-ministro quanto o ex-primeiro-ministro que queria voltar à chancelaria, tentam se tornar aliados dos nazistas para ganhar espaço entre os setores de direita e para serem considerados os representantes do empresariado alemão. Assim, Papen e Schleicher aproximam Hitler dos círculos empresariais, e pressionam o presidente da República.

2.2.2 – O PARTIDO NAZISTA CHEGA AO PODER

A pressão surte efeito e, em 30 de janeiro de 1933, Hindenburg forma um novo gabinete com Hitler como chanceler e Papen como ministro do exterior. Adolf Hitler realiza mudanças no ordenamento do país: suspende os direitos civis e declara estado de exceção. O marechal Hindenburg morre no ano seguinte e Hitler une os cargos de

presidente e primeiro-ministro e denomina-se *Führer*, líder máximo do Estado alemão. Começa a ditadura.

Após a farsa do incêndio do *Reichstag*, Hitler põe fora da lei os comunistas e abre o primeiro campo de concentração: *Oranienburg*, nos arredores de Berlim. Medidas começam a ser tomadas contra os judeus, identificados como os causadores de todos os males da Alemanha. As decisões anti-semitas culminam com a promulgação das Leis de Nuremberg, em 15 de setembro de 1935, que proíbe os judeus de votarem e ocuparem cargos públicos, de manterem qualquer espécie de relacionamento sexual e afetivo com os “arianos” e os força a vender suas propriedades privadas a preços de banana. Os que não concordam são presos e “desaparecem” em campos de concentração. No vocabulário nazista, a palavra usada para se referir aos judeus é *Untermenschen* (subumanos).

Os líderes do Partido Nazista que se destacam e ameaçam a hegemonia de Adolf Hitler dentro da organização são mortos no episódio conhecido como: “A Noite das Longas Facas”. Poderíamos citar como exemplo as mortes de Ernst Röhm, líder das SA, e Gregor Strasser, líder dos sindicatos nazistas. Papen é demitido do gabinete e enviado para a Turquia como embaixador. Assim, Adolf Hitler se livra de todos aqueles que achava que ameaçavam a sua soberania para dar seguimento ao seu desvario de um Reich de mil anos.

2.2.3 – A PROPAGANDA NAZISTA

A propaganda ganha caráter institucionalizado durante o governo de Adolf Hitler, tanto que um ministério é criado somente para definir seus parâmetros e o que deveria

ou não ser veiculado para o povo alemão. Percebe-se que uma boa comunicação podia ser tão eficiente na manipulação das massas quanto a violência.

O principal nome da propaganda nazista é Joseph Goebbels, que assume o comando da máquina nazista de publicidade em 1928. Cabe a ele difundir as posições ideológicas do partido no jornal *Der Angriff* (O Ataque), atacando judeus e comunistas. Ele é o criador da saudação “Heil Hitler”, aspecto fundamental dentro da propaganda para forjar o culto em torno da figura do líder do partido.

Quando Adolf Hitler chega ao poder, os poderes de Goebbels aumentam. A construção da ideologia nazista era tão importante, que a formalização de um Ministério da Propaganda e da Informação Pública é uma das primeiras medidas de Hitler no poder. O órgão procura preencher todos os espaços das ruas, escolas e instituições públicas e privadas com mensagens, slogans e símbolos que remetessem ao Partido Nazista.

Após assumir o Ministério da Propaganda, Goebbels passa a controlar amplos setores da vida cultural alemã e tentar moldá-los de acordo com as visões doutrinárias nazistas. Uma de suas primeiras providências é a criação da Câmara de Cultura do Reich, que exige certificado de ancestralidade ariana de todos os que participam de atividades culturais, com o objetivo de banir os judeus da vida pública.

Desde quando era jovem e tentou se afirmar como um artista, Adolf Hitler assistiu várias vezes a *Rienzi*, ópera de Richard Wagner, e deixou-se tocar pela grandiloquência das canções. Certa vez, chegou a afirmar que assistiu mais de 30 vezes à ópera. Assim, as músicas de Wagner passam a embalar suas aparições como chefe de estado.

A imagem do exército passa a ser cuidadosamente tratada para ser associada a um ar de tragédia heróica e romântica, inspirada na mitologia guerreira nórdica, reforçando as idéias hitlerianas de um povo racialmente puro.

Os novos veículos de comunicação como rádio, televisão e cinema também são peças fundamentais na propaganda ideológica nazista. O grande nome das artes cinematográficas alemãs oficiais é Leni Riefensthal, que havia se destacado como atriz na década de 20 em filmes de montanhismo, onde se glorificava o vigor físico e a beleza do corpo e da natureza, símbolos apropriados ao ideário nazista na promoção do nacionalismo. No começo dos anos 30, Riefensthal é a maior estrela do cinema alemão, ao lado de Marlene Dietrich. Socialmente, elas representam ícones cinematográficos opostos. Marlene simboliza a mulher fatal e sexual, que tem consciência da influência que exerce sobre os homens e, aos olhos dos responsáveis pela propaganda do Führer, é a personificação da permissividade permitida na República de Weimar; Leni, por outro lado, é a mulher casta, uma figura mais próxima à imagem imaculada que os nazistas almejam.

Existem controvérsias sobre como Leni e Goebbels vieram a se conhecer. O fato é que coube a Leni a cobertura do Congresso do Partido Nazista, em 1934, na cidade de Nuremberg. Neste evento, Adolf Hitler se reencontra com seus partidários após chegar ao poder. Daí surge “O Triunfo da Vontade”, cujo título (idéia do próprio Hitler) remete ao livro “A Vontade do Poder”, do filósofo Friedrich Nietzsche. Trata-se da afirmação literária e filosófica do efeito da força de vontade e da busca do poder pelos homens determinados.

Hitler é exibido como um semideus, que desfila em meio a uma multidão de mais de 200 mil partidários que permanecem em silêncio e ascende à tribuna de honra como se fosse uma figura bíblica.

Com o começo da Segunda Guerra Mundial, o Ministério da Propaganda ganha importância maior ainda, pois cabe a ele manter alto o moral das tropas e da população, para que contribuam para o esforço de guerra. A propaganda de guerra procura manter a imagem de um exército imbatível e a da infalibilidade dos líderes. Transmissões radiofônicas são utilizadas a longa distância, para tentar minar a resistência de países inimigos à invasão alemã.

Com a derrota dos nazistas em Stalingrado, os nazistas anunciam um esforço de guerra total contra os Países Aliados. É estabelecida uma jornada de trabalho de 12 horas diárias e a restrição das atividades relacionadas à educação e ao lazer. Como uma maneira de preservar a imagem do governo em relação à população, Joseph Goebbels aparece em público em comboios de ajuda às cidades mais afetadas pela guerra, levando comida, agasalhos e remédios. Quando as tropas soviéticas avançam e já era evidente que o conflito estava perdido, a única arma que resta a propaganda nazista era o terror psicológico: a idéia de que os alemães possuíam uma arma secreta que poderia mudar completamente os rumos da guerra.

3 – ASCENSÃO E QUEDA DE GETÚLIO VARGAS (1930 – 1945)

Falaremos dos mecanismos de propaganda utilizados pelo governo Vargas e suas semelhanças com os dois regimes totalitários que utilizamos como exemplos nos capítulos anteriores. Depois, faremos uma retrospectiva da primeira gestão de Getúlio Vargas na presidência da República, de 1930 a 1945, ressaltando a importância destes esquemas de propaganda dentro das perspectivas históricas. A importância da comparação dos artifícios usados no governo brasileiro com os modelos italiano e alemão serve para que possamos observar a vigência de um modelo totalitário de poder presente em vários países. Até hoje, Vargas é considerado por muitos como o maior presidente da República da história do Brasil, graças às obras que impulsionaram o desenvolvimento econômico e a industrialização do país.

Como veremos mais tarde, parte do encanto relacionado à figura dele é provocado pela imagem construída do presidente, com a maciça propaganda e com a censura dos meios de comunicação. Os opositores do governo não possuíam voz e, quando podiam se expressar, eram taxados de “subversivos”. Assim, a única face que era exposta era a que favorecia os partidários do presidente da República.

3.1- CARACTERÍSTICAS DA PROPAGANDA POLÍTICA DO PRIMEIRO GOVERNO VARGAS

Certos mecanismos de promoção do governo que ganham força durante o primeiro período em que Getúlio Vargas esteve no poder são utilizados até hoje na comunicação

política. Nenhum deles é inédito; alguns são utilizados desde os tempos da Grécia antiga, mas ganham força com os fluxos migratórios para as cidades, com a industrialização e o desenvolvimento dos meios de comunicação.

Podemos enumerar e descrever os principais meios de promoção dos governos totalitários: a utilização de bodes expiatórios para justificar problemas e desviar o foco dos cidadãos; a onipresença da imagem do governante ou de seu governo nos espaços públicos; e a idolatria à figura do líder, que visa passar a impressão de que o chefe de Estado é infalível e capaz de administrar o país.

O princípio do bode expiatório baseia-se na procura de alguma instituição ou figura presente na sociedade que passe a ser apontada pelos representantes do governo como a causadora de todos os problemas existentes na nação. A busca desta personificação do mal está associada ao populismo, que tenta resolver problemas sociais com medidas paliativas, sem alterar de modo drástico as estruturas existentes.

No processo da comunicação, o bode expiatório passa a ser alvo de diversas mensagens de propaganda em que o poder oficial promete ao povo extirpar da sociedade esta instituição ou figura. Caso consiga, a maioria dos problemas da população estaria solucionada. O bode expiatório é exposto como algo ou alguém que se alimenta das mazelas do país para aumentar sua riqueza.

Como exemplo, poderíamos citar os inúmeros discursos de Benito Mussolini que apontam os representantes do capitalismo liberal como os responsáveis por uma conspiração internacional contra a Itália, pois estes não desejariam o sucesso do modelo de progresso a partir da intervenção estatal que era aplicado ao país naquele momento. Curiosamente, seus maiores aliados para alcançar o poder foram os grandes representantes do capital italiano.

No caso alemão, Adolf Hitler aponta o poder econômico e a simples existência dos judeus que viviam na Europa como uma das causas da pauperização do que ele considerava como o “verdadeiro povo” da Alemanha, a chamada raça ariana, vista por Hitler como de natureza superior. O anti-semitismo disfarça interesses financeiros. A fortuna dos judeus é roubada pelo governo enquanto eles são internados em campos de trabalhos forçados e de extermínio. Esta história já foi contada inúmeras vezes em filmes, livros e registros que contam o martírio da população judaica na primeira metade do século XX.

Voltando ao caso brasileiro, Getúlio Vargas tomou diversas medidas que poderiam ser consideradas como antidemocráticas utilizando como justificativa os avanços de grupos de esquerda. Podemos citar como exemplo a farsa do Plano Cohen, um suposto plano de comunistas que planejavam assassinar importantes figuras da política nacional, que serviu para que Vargas colocasse seus inimigos fora da lei e instaurasse uma ditadura, o Estado Novo.

O governo que costuma se utilizar de bodes expiatórios não escolhe uma única figura para expressar as mazelas da sua sociedade. Costumam ter mais de um foco para desviar os olhares da sociedade para os problemas de sua gestão e para que a opinião pública não perceba que os problemas sociais costumam ter soluções muito mais complexas do que a simples eliminação das figuras e instituições apontadas como geradoras de transtornos.

O conceito de onipresença na propaganda política do primeiro governo de Getúlio Vargas está diretamente ligado à questão da obediência do povo. Por onipresença política podemos definir a sensação de que o poder oficial está em todas as partes. Isso é observável na existência de fotografias com a imagem do presidente não somente nos

órgãos do governo, mas em quase todos os lugares públicos e nos grandiosos eventos realizados em honra do poder federal, inauguração de obras ou simplesmente em homenagem ao presidente da República. (anexos: DIP_11, DIP_12, DIP_13)

Estes gestos simbólicos servem para dar a impressão de um governo grandioso o suficiente para guiar o povo com mão de ferro. Também são capazes de intimidar, deixando nos cidadãos a sensação de que o poder público está presente em todos os lugares, observando e fiscalizando os atos de todos.

A idéia de idolatria da figura do líder está intimamente ligada a da onipresença, pois tanto uma quanto a outra precisam contar com a exposição excessiva da figura do chefe de estado como representante máximo da nação. A diferença é que, no caso da onipresença, a figura do líder em todos os lugares representa a vigilância que o governo totalitário exerce sobre os seus cidadãos. Na idolatria da figura do presidente da República, a exposição do líder acontece principalmente em eventos que planejam aumentar a popularidade do governo e exibir o chefe de Estado como guia do povo.

O endeusamento da figura do líder tem como objetivo colocá-lo como alguém acima das capacidades normais de um ser humano comum. Ele é mostrado como um homem além das expectativas. Esta estratégia política tem como função criar nos cidadãos a impressão de que o governante tem condições para exercer o cargo de chefe de Estado, minimizando qualquer alegação de que não seria capacitado para tal.

3.2 – PRÉ-CONDIÇÕES PARA A REVOLUÇÃO DE 30

O descontentamento com a política café-com-leite das oligarquias que dominavam o cenário nacional desde a Proclamação da República é evidente durante a década de 20,

com o avanço de movimentos como o tenentismo e a organização do operariado. Outro fator que contribuiu decisivamente para a ascensão ao poder de Getúlio Vargas é a crise da política de valorização do café em virtude do *crack* da Bolsa de Valores de Nova York. Os EUA eram os maiores compradores do café brasileiro na época. As tentativas de manter o preço do produto em permanente alta no mercado internacional foram por água abaixo.

Em 1906, o Convênio de Taubaté deu início à política de valorização do café. O excedente era comprado mediante empréstimos no exterior e estocado, a fim de manter seu preço internacional. Durante a Primeira Guerra Mundial, que paralisou o comércio internacional, a exportação brasileira de café declinou, trazendo de volta o fantasma da superprodução. Em 1917, diante da ameaça de uma supersafra, o governo central apoiou a realização de uma segunda valorização, com a compra de 3 milhões de sacas. Para alívio geral, em 1918, a geada atingiu 40% dos cafezais do país. Nesse mesmo ano, com o fim da guerra, o comércio internacional se normalizou, elevando o preço do café, para a euforia dos cafeicultores.

A alegria não durou muito. Em 1921, foi colocada em prática a terceira valorização do café, com mais uma compra efetuada pelo governo central. A cada valorização estimulava-se o plantio de novos cafezais. De modo que, nos anos 20, já se pensava em uma política que tornasse permanente a valorização. (KOSHIBA, p.275, 1996)

A depressão de 1929 destrói a base artificial que vinha mantendo a lucratividade dos cafeicultores, enfraquecendo seu poder econômico. Em 1930, surge uma crise sucessória entre os dois grupos que dominavam a política nacional: os produtores de café de São Paulo e os produtores de leite de Minas Gerais. O paulista Washington Luís,

ao contrário do que era esperado, não indica como seu sucessor um mineiro, preferindo apoiar a candidatura de outro paulista, Júlio Prestes, para garantir a continuidade das práticas de proteção ao preço do café. Há um rompimento na tradição de rodízio entre representantes do Partido Republicano Paulista e do Partido Republicano Mineiro. Antônio Carlos, que governava Minas Gerais e tinha pretensões presidenciais, procura articulação política principalmente no Rio Grande do Sul. Desta união entre políticos de vários estados surge a Aliança Liberal, que lança Getúlio Vargas, um gaúcho, como candidato à Presidência da República, e João Pessoa, um paraibano, como candidato à vice. A estratégia de campanha é baseada na necessidade de reformas políticas como, por exemplo, a criação de leis que assistem o trabalhador e a instituição de eleições com voto secreto, para acabar com o voto de cabresto. A Aliança Liberal ganha grande adesão entre as massas urbanas.

O candidato eleito nas eleições de 1º de março de 1930 é Júlio Prestes, em um pleito com claros indícios de fraude. Os políticos da Aliança Liberal ficam inconformados, mas o que provoca a eclosão de uma revolta é o assassinato de João Pessoa. O crime ocorre em julho de 1930, quando ele conversa com amigos em uma confeitaria. Foi motivado por questões pessoais, mas dado o clima de frustração pela derrota, a morte serve como bandeira para os membros da Aliança Liberal desencadearem um levante armado contra os partidários da oligarquia paulista.

Em 3 de outubro de 1930, a oposição se une em um movimento militar que parte do Rio Grande do Sul para tomar o poder no Rio de Janeiro. Rebeliões contra o governo também acontecem no Nordeste, sob o comando de Juarez Távora. Washington Luís pouco pôde fazer para evitar os avanços dos insurgentes. Os políticos de São Paulo (estado de origem e curral político de Washinton Luís) não se mostram coesos no apoio

ao presidente porque, com a revolta da Aliança Liberal, o Partido Democrático, que fazia oposição ao Partido Republicano Paulista, passa a ganhar força. As tropas do sul avançam em direção à capital sem encontrar muita resistência.

Quase todo o país adere à revolução, restando sob o comando do governo federal apenas Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pará. Para evitar maiores consequências, como um enfrentamento dos revoltosos contra tropas do governo ou até o assassinato do presidente da República, Washington Luís é deposto pelos generais Mena Barreto, Tasso Fragoso e pelo almirante Isaías de Noronha em 24 de outubro de 1930. No dia seguinte, o ex-presidente parte para o exílio. Dez dias depois, Getúlio Vargas chega ao Rio de Janeiro com as tropas gaúchas e assume a chefia do Governo Provisório.

3.3 – VARGAS COMEÇA A ENFRENTAR OPOSIÇÃO

O decreto nº 19.398, que regulamenta a situação de Vargas como chefe do Poder Executivo confirma a dissolução do Congresso Nacional e das Câmaras estaduais e municipais. Um dos primeiros problemas que ele enfrenta na chefia do Poder Executivo é a dificuldade em solucionar a rivalidade que existia desde a República Velha entre os militares e a oligarquia tradicional. Os primeiros queriam um esquema de poder ditatorial e a adoção de medidas econômicas nacionalistas. O segundo grupo desejava o retorno à normalidade constitucional, com a realização de eleições que pudessem recolocá-los no poder. Ainda assim, havia uma divisão dentro do grupo dos militares: os adeptos do fascismo, que defendiam a total centralização do poder; e um grupo mais moderado, que pretendia apenas a manutenção da ordem.

No começo de seu governo, Vargas faz concessões aos grupos de militares mais conservadores, e acaba por nomeá-los interventores em vários estados. Entre estes, destaca-se Juarez Távora, aliado de Getúlio na Revolução que o levou ao poder. Ele mantinha sob o seu domínio doze estados, todos do Espírito Santo para o norte. Por causa disso, ganha o apelido de seus opositores de “vice-rei do norte” (KOSHIBA, 1996, 271).

Apesar da oposição do Clube Três de Outubro, uma associação onde os militares mais conservadores se reúnem, Getúlio Vargas manda publicar o novo Código Eleitoral e o anteprojeto da Constituição no dia 24 de fevereiro de 1924. A eleição é marcada para maio de 1933 e a partir dela é formada a Assembléia Constituinte. O novo Código Eleitoral estabelece o voto secreto, o voto feminino e a representação classista, ou seja, os sindicatos profissionais, tanto de patrões quanto de empregados, que são capazes de eleger deputados que teriam os mesmos direitos e deveres dos demais parlamentares.

Vale ressaltar que o estado que mais perde com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder é São Paulo, cuja hegemonia é colocada em cheque com os planos de integração nacional do governante. A insatisfação do estado se mostra visível através dos atritos entre a oligarquia do lugar e o interventor João Alberto, nomeado por Vargas. O Partido Republicano Paulista e o Partido Democrático, inimigos na Revolução de 30, unem-se para exigir imediatamente um “interventor civil e paulista” (KOSHIBA, 1996, p.277), e a reconstitucionalização do país. A primeira reivindicação é atendida em 1º de março de 1932, com a nomeação do civil Pedro de Toledo como o novo interventor do estado.

Apesar de o Governo Provisório de Getúlio Vargas ceder em alguns pontos, a Revolução Constitucionalista eclode em 9 de julho de 1932. Os revoltosos são chefiados pelo general Isidoro Dias Lopes. Ao longo do conflito, os paulistas permanecem

isolados, sem a adesão das outras unidades da federação, o que torna quase impossível a vitória das tropas constitucionalistas.

Mesmo sendo um movimento isolado em uma região do país, Getúlio Vargas tem dificuldades para reprimí-lo, pois vários generais recusam a missão de comandar as tropas federais. Com dificuldades em encontrar apoio nas Forças Armadas, Vargas só consegue derrotar o movimento em outubro daquele ano. A crise militar faz com que Getúlio rompesse com os generais mais conservadores.

A eleição para a Assembléia Constituinte acontece em três de maio de 1933 e os deputados que foram eleitos por ela tomam posse em novembro do mesmo ano. Politicamente, a eleição de uma Constituinte significa o ressurgimento das oligarquias estaduais e a ascensão dos representantes classistas eleitos pelos sindicatos profissionais. A Assembléia promulga, em 16 de julho de 1934, a segunda Constituição da história da República no Brasil. A nova lei preserva o federalismo, o presidencialismo e a independência dos três poderes. Como uma medida transitória, fixa-se que a primeira eleição de um presidente deve ser feita por meio de voto indireto dos congressistas. Getúlio Vargas mantém-se no poder vencendo Borges de Medeiros na preferência dos deputados. Em um discurso pronunciado em setembro de 1933, Vargas procura justificar sua Revolução, a manutenção e o aumento de seu poder da seguinte maneira:

A falta de correntes partidárias que orientassem a opinião, quando se tratava de renovar o mandato presidencial; o espetáculo deprimente, cujo epílogo era quase sempre a farsa eleitoral que a nação testemunha constrangida, consistia num digladiar de ambições profissionais amparadas na influência dos estados

chamados fortes sobre os demais, que se viam arrastados à submissão, ante a ineficácia de qualquer protesto.

A experiência da última campanha presidencial está bem viva para ilustrar o acerto. O simples fato de um pequenino estado, no uso elementar de uma prerrogativa institucional, ter ousado se desgarrar do rebanho foi causa de injustiças que não só culminaram em um atentado pessoal, mas estimularam o país à reação pelas armas.

Sáímos de unitarismo absorvente, no Império, para cairmos nos exageros de um federalismo mal compreendido e mal executado, na República. Se há estados menos favorecidos pela natureza, com populações mais pobres, é justo não fazer pesar sobre elas o ônus de uma máquina administrativa igualmente dispendiosa (...).

Constitui-se fato incontroverso – e os constituintes terão que levá-lo em conta – a decadência da democracia liberal e individualista e a preponderância dos governos de autoridade, em consequência do natural alargamento do poder de intervenção do Estado, imposto pela necessidade de atender maior soma de interesses coletivos e de garantir estavelmente, com o recurso das compressões violentas, a manutenção da ordem pública, condição essencial para o equilíbrio de todos os fatores preponderantes no desenvolvimento do progresso social. A chave de toda organização política moderna é a segurança e eficiência desse equilíbrio.(VARGAS, 1934, p. 45)

A nova Constituição impõe restrições à imigração. Estabelece o limite de entrada de estrangeiros de 2% sobre o contingente total de pessoas com aquela nacionalidade que habitassem o país. Proíbe a concentração de estrangeiros de uma mesma etnia em uma região. Permite a estatização de empresas estrangeiras e nacionais, desde que fosse do interesse geral da nação.

As empresas de seguros estrangeiras são nacionalizadas. Estabelece-se o princípio da propriedade nacional do subsolo. As empresas de imprensa e informação brasileiras não podem pertencer a cidadãos de outros países. Esta medida representa uma primeira maneira de controlar o que é veiculado na imprensa, pois é mais fácil para o governo tomar medidas de cerceamento e repressão contra cidadãos do país.

O principal destaque da Constituição de 1934 é o estabelecimento de uma legislação trabalhista que visa o mínimo de bem estar social para os trabalhadores assalariados. Pouco tempo antes, Washington Luís classificou as questões sociais como “caso de polícia”. Pela primeira vez na história da República, o direito do trabalhador passa a ser considerado. No texto constitucional, são proibidas as diferenças salariais com base em diferenças como sexo, idade ou estado civil. Salários mínimos regionais, jornada de trabalho de oito horas, descanso semanal, férias anuais remuneradas, indenização em caso de demissão sem justa causa, entre outros benefícios também são definidos.

A principal razão que faz com que o governo se preocupe em criar uma legislação trabalhista é a tentativa de frear o avanço da organização do operariado em torno de ideologias como o anarquismo e o socialismo. A criação de uma legislação trabalhista torna-se uma maneira de vincular os trabalhadores ao estado.

As duas maiores tendências políticas durante o período entre as guerras mundiais são os regimes de ultradireita - nacionalista, belicoso e ditatorial - e o socialismo. No Brasil, estas visões políticas estão refletidas na formação da Ação Integralista Brasileira (de tendência fascista), e da Aliança Nacional Libertadora (de tendência esquerdista). O que acaba por fazer com que estes dois partidos se destaquem entre outras associações de tendência de direita ou de esquerda é a superação dos antagonismos entre os estados pelos de classes. Assim, sua posição política é independente da área geográfica.

A Ação Integralista Brasileira prega a existência de um governo ditatorial, com base nos moldes do fascismo italiano, obediente a um único chefe. A doutrina da AIB delinea-se a partir do *Manifesto à Nação Brasileira*, publicado em 1932, que define os princípios do movimento na defesa da “Pátria, Deus e Família”. Suas idéias encontram apoio nos setores mais conservadores da sociedade como a oligarquia tradicional, na alta hierarquia militar e no clero. O principal líder da Ação Integralista Brasileira é Plínio Salgado, intelectual que participou da Semana de Arte Moderna. O ódio aos comunistas é utilizado para elevar o fervor partidário no partido. O “perigo vermelho” é visto em toda a parte. Entre 1932 e 1935, os integralistas formam, como na Itália, grupos paramilitares de combate aos comunistas que agem com violência para dissolver manifestações esquerdistas.

O Partido Comunista Brasileiro, fundado no começo da década de 20, adota a linha preconizada pela Aliança Comunista Internacional de combate ao fascismo. E a maior representação do fascismo até então no país é o Partido Integralista. Para combater estes ideais, seguidores de ideologias de esquerda fundam a Aliança Nacional Libertadora, que reúne todos aqueles que se mostram contrários à ideologia fascista. Como presidente de honra da ANL é escolhido Luís Carlos Prestes, que rompeu com o tenentismo para se dedicar aos ideais marxistas.

Os dois partidos crescem vertiginosamente. O próprio presidente utiliza-se destas organizações para fortalecer seus poder político; ora colocando-se do lado de um partido, ora de outro. Acaba por intervir com a força policial nas duas sedes e mandando prender seus líderes.

Por causa da repressão da polícia, membros mais radicais da ANL acabam optando por meios insurrecionais, dando início à Intentona Comunista. A rebelião de alguns

batalhões militares eclode primeiro em Natal, no Rio Grande do Norte, no dia 23 de novembro de 1935. Os insurgentes unem-se à populares. A rebelião é esmagada em dois dias por fortes contingentes da Polícia Militar e milícias armadas por fazendeiros. No dia 25, guarnições militares sob domínio comunista se sublevam em Recife e Olinda, mas são reprimidas sem maiores dificuldades. Dois dias depois, o levante acontece na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Novamente, não há problemas para esmagar as forças revolucionárias. Na liderança das tropas repressoras, se destacam Eduardo Gomes – que havia se levantado contra o governo em 1922, no episódio conhecido como “Os 18 do Forte” – e o futuro presidente da República Eurico Gaspar Dutra.

3.4 – O ESTADO NOVO

Para combater os levantes, Vargas decreta estado de sítio, que se prolonga até o ano seguinte. A Intentona Comunista torna-se um pretexto para conduzir o país à ditadura, porque o governo já conhece previamente os planos insurrecionais do Partido Comunista Brasileiro através de policiais que mantinha infiltrados na organização. Assim como Hitler, Getúlio utiliza-se do fantasma da ameaça comunista para preparar o caminho para o golpe de estado.

A campanha presidencial para as eleições de 1937 chegou a ser iniciada. Os getulistas lançaram a candidatura de José Américo de Almeida, enquanto a oligarquia paulista defendia a eleição de Armando Sales Oliveira. Porém, Getúlio Vargas pretendia continuar no poder. O Congresso Nacional, percebendo uma possível manobra golpista, impediu a renovação do estado de sítio.

Para forçar a manutenção de Vargas no poder, simula-se a farsa do Plano Cohen. Trata-se da descoberta de documentos que comprovariam a existência de um plano supostamente comunista para assassinar personalidades da vida pública do país, com o intuito de tomar o poder. O plano teria sido “descoberto” e seus documentos entregues ao general Góis Monteiro, cúmplice de Vargas na farsa e responsável pela divulgação alarmista de uma possível ameaça a segurança nacional por toda a imprensa.

Diante da suposta ameaça de golpe, o Congresso Nacional declara estado de guerra. No dia 10 de novembro de 1937, utilizando-se do pretexto de colocar fim às agitações políticas, Getúlio Vargas decreta o fechamento do Congresso Nacional e outorga uma nova Constituição, que já vinha sendo preparada por Francisco Campos e que ganhou o apelido de “polaca”, pois era muito semelhante à carta autoritária polonesa de 1926, que dava amplos poderes ao chefe de Estado. Em 2 de dezembro de 1937, todos os partidos políticos são dissolvidos.

A Constituição de 1937 caracterizava-se pelo predomínio do poder Executivo, considerado “o órgão supremo do Estado”. O presidente era definido como “a autoridade suprema do estado, que coordena os órgãos representativos de grau superior, dirige a política interna e externa, promove ou orienta a política legislativa de interesse nacional e superintende a administração do País”, de acordo com o texto constitucional.

Apesar da aparente semelhança entre o Estado Novo de Getúlio Vargas e os regimes totalitários de extrema direita europeus, o governo brasileiro neste período apresenta certas características peculiares. A primeira que podemos apontar é que, segundo Lourdes Sola, “o golpe de 1937 não representou a vitória de um partido organizado, nem teve apoio ativo das massas”(SOLA, 1995, p. 257). A instauração do Estado Novo representa a vitória de um político e dos colaboradores que o cercavam.

O pano de fundo da ideologia do Estado Novo é a construção do país e da identidade do povo brasileiros para justificar parcialmente o golpe. O decreto que dissolve os partidos políticos afirma que estas organizações não deveriam existir porque eram “artificiosas combinações de caráter jurídico e formal” e tinham “objetivos meramente eleitorais”, referindo-se aos partidos que haviam surgido na República Velha, considerados expressões de interesses locais e, por isso, incapazes de participar de um projeto maior, o de construção da nação. Ainda segundo o decreto, a existência destes partidos não faria sentido porque “não possuíam conteúdo programático nacional”. À AIB e a ANL cabem outras acusações: a de divulgar ideologias contrárias aos interesses do governo. Assim, se todos os partidos políticos existentes eram inadequados, o novo governo se apresenta como a única solução para atender às aspirações da nação.

A ideologia propagada pelo governo Vargas, por meio do ideal de construção da nação como uma unidade, suprime e estereotipa os regionalismos. Identificando a nação com o governo - personificado na figura do ditador - a governabilidade em um regime sem democracia torna-se mais fácil. Getúlio Vargas passa a representar a encarnação viva do povo e da nação.

No âmbito econômico, podemos destacar os investimentos na indústria siderúrgica e em infra-estrutura, setores pouco atraentes para investidores privados, mas importantes para o desenvolvimento da indústria de bens de consumo e, conseqüentemente, para o capitalismo no Brasil.

Embora identificado com os regimes totalitários de ultradireita, o Estado Novo conserva-se neutro em relação à Segunda Guerra Mundial até 1941, quando uma série de negociações permite empréstimos do Eximbank - banco que financia exportações de equipamentos e serviços norte-americanos para outros países - ao governo brasileiro,

que tornam viável a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), com sede em Volta Redonda, interior do estado do Rio de Janeiro. Em 1942, o Brasil sela uma aliança diplomática com os EUA que permitia a utilização da costa do Nordeste com bases aeronavais.

As notícias de ataques de navios brasileiros por parte de submarinos alemães provocam reações populares exigindo a entrada do país no conflito. No mês de agosto de 1942, entre os dias 15 e 17, foram torpedeados cinco navios mercantes que navegavam pelo litoral do país. Estes naufrágios registram o desaparecimento de 610 pessoas, além da perda material das embarcações e de suas cargas. O governo divulga uma nota à nação por meio do DIP, amplamente reproduzida em todos os jornais. Nela, começa-se a acenar com a possibilidade de entrada na guerra:

Pela primeira vez, embarcações brasileiras, servindo o tráfego das nossas costas no transporte de passageiros e cargas de um estado para o outro, sofreram o ataque de submarinos do Eixo. Nestes três últimos dias, entre a Bahia e Sergipe, foram afundados os vapores Baependi e Aníbal Benévolo, do Lóide Brasileiro, e Araraquara, do Lóide Nacional S/A. O inominável atentado contra as indefesas unidades da Marinha Mercante de um país pacífico, cuja vida se desenrola à margem e distantedo teatro da guerra, foi aplicado com desconhecimento dos mais elementares princípios de direito e de humanidade. O nosso país, dentro de sua tradição, não se atemoriza diante de tais brutalidades e o governo examina quais as medidas a tomar em face do ocorrido. Deve o povo manter-se calmo e confiante, na certeza de que não ficarão impunes os crimes praticados contra a vida e os bens de brasileiros.

Cabe juntar que mais dois vapores brasileiros, o Itagiba e o Arará, vêm de ser também torpedeados por submarinos do Eixo, à altura do litoral da Bahia. Cumpre, ainda, esclarecer que

à bordo do Baependi seguia para o Nordeste, parte de uma unidade do Exército, com reduzido efetivo em praças, dos quais apenas alguns eram reservistas convocados, não tendo, portanto, fundamento as notícias sobre elevadas perdas militares a lamentar.(SILVA, 1964, p. 54)

Em 21 de agosto de 1942, o Brasil declara guerra oficialmente aos países do Eixo.

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial se limita, inicialmente, ao fornecimento de matérias-primas estratégicas e alguns bens de consumo aos países Aliados, além do policiamento marítimo do Atlântico Sul. Somente em 1944 é enviado à Itália um contingente de 23.334 soldados, que formam a Força Expedicionária Brasileira, que passa a atuar em conjunto com o 5º Exército norte-americano e obtém importantes vitórias contra as forças do Eixo em batalhas como as de Monte Castelo e Montese. O triunfo dos Aliados contra os fascistas e o próprio posicionamento do Brasil ao lado das forças que representam os países democráticos coloca o Estado Novo em uma posição incômoda. A repercussão do fim da Segunda Guerra Mundial alia-se ao crescimento de movimentos internos pela redemocratização do país.

Em 1943, termina o prazo que o Estado Novo impôs para a realização de um plebiscito que legitimaria a Constituição de 1937. Neste mesmo ano, políticos de expressão de Minas Gerais como Virgílio de Melo Franco, Afonso Arinos, e Magalhães Pinto, entre outros, assinam um manifesto que reconhecia que o Brasil vivia uma época de desenvolvimento econômico, mas exigem uma conjuntura em que a participação política fosse correspondente ao progresso material. O próprio Getúlio Vargas, sentindo-se pressionado, declara em um discurso de novembro de 1943 que seu governo provavelmente terminaria após o conflito: “Quando terminar a guerra, em ambiente próprio de paz e de ordem, com as garantias máximas à liberdade de opinião,

reajustaremos a estrutura política da nação, faremos de forma ampla e segura as necessárias consultas ao povo brasileiro”. (KOSHIBA, 1996, p.202)

Diante de crescentes pressões da opinião pública e de setores políticos por democracia, as manifestações de posições políticas diferentes se tornam mais viáveis. Assim, Vargas se vê obrigado a conceder certas liberdades como permitir manifestações públicas contra o regime, diminuir a pressão da censura sobre a imprensa e decretar anistia a presos políticos, como Luís Carlos Prestes. A realização de eleições é marcada para o fim de 1945. O cenário político da época é descrito pelo autor Francisco Weffort:

Da parte do governo, há o ato institucional prometendo a realização de eleições para o dia dois de dezembro. Quase ao mesmo tempo, rompe-se o dique da censura à imprensa. Logo depois, aparece a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, articulada pela oposição liberal que, por sua vez, passa a constituir-se em partido: a União Democrática Nacional (UDN). E em março surge a candidatura do general Eurico Dutra, que fora ministro da Guerra do Estado Novo. À sua volta articulavam-se as forças governistas, que logo dariam origem ao Partido Social Democrático (PSD) (WEFFORT, 1977, p. 256)

As movimentações políticas mudam drasticamente no segundo semestre de 1945. Se a tônica do cenário até então era a organização das eleições, a Constituinte passa a ser o principal assunto dos jornais da época.

A Constituinte deveria reunir-se após a eleição presidencial. Foi quando se expandiu a pregação do “queremismo” (Queremos Getúlio), apoiados por trabalhistas e comunistas. Vargas estimula esse movimento porque representava o respaldo que ele necessitava para tentar permanecer no poder. Os queremistas pedem a Constituinte com

Getúlio Vargas, o que significa que ele orientaria a formação da nova ordem institucional. O Partido Comunista mostra-se disposto a apoiar a permanência de Vargas no poder, por causa de seu discurso nacionalista.

A tentativa de mais um golpe de estado começa com o caso da organização de um grande comício pró-getulista, marcado para o dia 27 de outubro. O comício é proibido pelo chefe de polícia do Distrito Federal. Getúlio reage, colocando as forças policiais da capital nas mãos de seu irmão, Benjamim Vargas. A manobra encontra resistência nos meios militares e na oposição liberal. O responsável por convencer Vargas a entregar o poder foi um aliado de outrora: o general Góis Monteiro. Dois dias depois, em 29 de outubro de 1945, Getúlio é obrigado a abandonar o poder, transmitindo-o ao Judiciário. Era o fim do Estado Novo.

4- A PROPAGANDA DO GOVERNO VARGAS E OS ÓRGÃOS DE CENSURA

A primeira tentativa de consolidação de um sistema de propaganda e controle da mídia acontece logo após a consolidação da Revolução de 30. Em 2 de julho de 1931 é criado o Departamento Oficial de Publicidade, o DOP. Este órgão é vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Trata-se um apêndice da Agência Nacional e suas funções constituem-se, basicamente, no fornecimento de notícias oficiais à imprensa e produção de alguns programas de radiodifusão.

A atuação de um órgão que controle a imprensa e cuide da propaganda do regime passa a ser mais elaborada em 1934. Neste ano, o DOP é extinto e, em seu lugar, surge o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, o DPDC. As funções do novo órgão compreendem, além dos serviços de notícias à imprensa e de radiodifusão, o estímulo à produção de filmes educativos por meio de prêmios e favores fiscais. A coordenação do órgão é entregue a Lourival Fontes, jornalista confessadamente adepto do fascismo italiano, que passa a ser o homem forte da propaganda e controle à imprensa do governo Vargas.

Com o golpe do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, o Congresso Nacional é fechado e o DPDC passa a ocupar parte do palácio Tiradentes, a antiga sede da Câmara dos Deputados. A nova Constituição, conhecida como "polaca" por causa da semelhança com a carta constitucional polonesa de 1926, de influência fascista, atribui à imprensa a qualidade de serviço de utilidade pública. Por outro lado, estabelece uma série de limites para a sua atuação.

Várias atividades que não faziam parte das designações previstas por lei também passam a ser exercidas pelo DPDC que, no início de 1938, passa a se chamar

Departamento Nacional de Propaganda, o DNP, atuando em todas as áreas que pudessem ser consideradas de "educação nacional". Neste sentido, passa a exercer a censura e controle de todos os meios de comunicação e espaços públicos que possam ser eventualmente utilizados para a promoção do governo.

Uma das principais atuações do DNP é a promoção do Brasil no exterior, principalmente com a divulgação de jornalistas, escritores e artistas brasileiros fora do país. O Boletim de Informações é criado, um jornal que visa divulgar a cultura nacional. É editado em quatro idiomas e distribuído em hotéis, consulados, embaixadas e navios. O DNP também tornou-se responsável pela inauguração do programa *Voz do Brasil*, transmitido por todas as estações de rádio, com duração de uma hora, com o objetivo de divulgar os acontecimentos da vida política nacional.

Em fevereiro de 1938, o Departamento Nacional de Propaganda proíbe transmissões radiofônicas, a importação e a circulação de revistas em língua estrangeira em todo o território nacional. Trata-se uma maneira clara de tentar controlar o conteúdo ideológico do que chegava às mãos dos brasileiros. Algum tempo antes, a imigração havia sofrido restrições. Como os imigrantes de origem européia trouxeram idéias socialistas e anarquistas para o Brasil no fim do século XIX e começo do século XX, eram vistos como pessoas “ideologicamente perigosas”.

Um dos maiores golpes à liberdade de expressão é a assinatura do decreto-lei nº 300, que dispunha sobre a isenção de taxas alfandegárias sobre a importação de papel. O decreto estabelece que os proprietários de jornais e revistas deve obter autorização do Ministério da Justiça para poder ter direito a isenção. Caso contrário, as taxas de importação de papel tornavam-se tão altas que tornaria inviável a comercialização dos jornais, pois o preço de capa seria muito alto para arcar com os custos de produção do

produto. Podemos dizer que o governo passa a controlar diretamente a imprensa, concedendo favores apenas àqueles que seguem uma conduta editorial à favor dos representantes oficiais.

Com o objetivo de ampliar as atividades do DNP, Getúlio Vargas cria um órgão com postura mais adequada ao Estado Novo: o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) instaurado a partir de 27 de dezembro de 1939. A direção do órgão continua nas mãos de Lourival Fontes, seu principal aliado no controle ideológico.

Além das funções de controle aos veículos de comunicação, o DIP assume funções coerentes com o novo período político que o país passa a viver, semelhante aos departamentos de propaganda de outros países que viviam sob regimes totalitários. Assim, todos os serviços de publicidade e propaganda de todos os ministérios, departamentos e estabelecimentos de administração pública federal passam a ser feitos pelo DIP. O órgão também é o principal instrumento de culto à personalidade do chefe de estado, organizando homenagens à figura de Getúlio Vargas e das autoridades em geral. Para se ter uma idéia da abrangência das atividades do DIP em relação à comunicação nacional, vejamos um fragmento de um texto sobre a criação do órgão divulgado pela organização que detém boa parte do espólio do que foi produzido neste período, a Fundação Getúlio Vargas:

De acordo com o decreto que lhe deu origem, o DIP tinha como principais objetivos centralizar e coordenar a propaganda nacional, interna e externa, e servir como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas; organizar os serviços de turismo, interno e externo; fazer a censura do teatro, do cinema, das funções recreativas e esportivas, da radiodifusão, da literatura social e política e da imprensa; estimular a

produção de filmes educativos nacionais e classificá-los para a concessão de prêmios e favores; colaborar com a imprensa estrangeira para evitar a divulgação de informações nocivas ao país; promover, organizar e patrocinar manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística, assim como exposições demonstrativas das atividades do governo, e organizar e dirigir o programa de radiodifusão oficial do governo. (CPDOC/ FGV, 2005, Web)

Para dar conta de tantas funções, as atividades do Departamento de Imprensa e Propaganda se distribuem em cinco divisões. A divisão de divulgação tem como funções o combate à disseminação de idéias que possam ser consideradas "perturbadoras da unidade nacional". Esta área também é responsável pela promoção do trabalho de poetas, compositores, cantores e pensadores que interessem ao governo, por meio da organização de espetáculos musicais e teatrais, conferências e congressos. Edita folhetos, livros e cartazes de propaganda do regime e uma publicação anual que traz todas as informações sobre jornais, revistas e livros publicados no país.

À divisão de rádio cabe fazer a censura prévia de programas radiofônicos e de letras que seriam musicadas; organizar e produzir a "Voz do Brasil".

Compete à divisão de teatro e cinema as funções de censurar previamente filmes e peças de teatro em todo o país, publicar no *Diário Oficial* a relação de todos os filmes e peças teatrais proibidos, acompanhados de suas características e do resumo do julgamento, incentivar e promover facilidades fiscais e econômicas às empresas nacionais de produção audiovisual. Também é função desta divisão os cuidados com a produção de um jornal exibido em sessões de cinema, filmado em todo o Brasil e com motivos genuinamente brasileiros, que deu origem ao *Cinejornal Brasileiro*, distribuído

nos cinemas de todo o país.

A divisão de imprensa tem como principais funções o controle sobre tudo o que é publicado na imprensa nacional. Possui um complexo acervo de jornais e revistas brasileiros e estrangeiros e divulga notícias oficiais sobre o governo. Mantém também um serviço de *copyright* de artigos de autores brasileiros para os jornais do país e do exterior. A divisão de imprensa é assistida pelo Conselho Nacional de Imprensa, criado em dezembro de 1939. O conselho é composto por seis membros, sendo três nomeados pelo presidente da República e os outros três definidos por assembléias da Associação Brasileira de Imprensa. O DIP conta com uma divisão de turismo, encarregada da divulgação do Brasil no exterior, responsável por folhetos e exposições que venerem a imagem do país.

O setor do DIP que nos interessa prioritariamente neste trabalho é a divisão de divulgação do regime, uma das principais responsáveis pela construção de um culto à personalidade do ditador e a criação de imagens idealizadas de Getúlio Vargas como a de “pai dos pobres”, difundidas em folhetos, livros e outras formas de propaganda utilizadas pelo órgão.

A divisão de divulgação promove concursos de monografias, garantindo a promoção destes trabalhos em todo o país pelos meios oficiais. Os trabalhos vencedores geralmente têm caráter apologético e acabam sendo consideradas pelo governo como “importantes na construção do Brasil”. Também são produzidos concursos de música popular brasileira, em contraposição às obras clássicas que eram valorizadas pela elite da República Velha. Em um deles, *Aquarela do Brasil*, de Ary Barroso, ganhou o primeiro lugar. Folhetos e pequenos livros que explicavam o novo governo, faziam propaganda e promoviam o culto à personalidade do ditador são de responsabilidade da

divisão de divulgação.

Uma das publicações de maior destaque na produção do DIP é a revista *Cultura Política – Revista Mensal de Estudos Brasileiros*. A publicação se propôs a promover uma nova concepção de cultura, mais adequada com o novo regime, esclarecendo para o grande público as transformações políticas e sociais realizadas pelo governo. A revista contava com expressivos colaboradores: Francisco Campos e Lourival Fontes, aliados de Vargas no governo; e intelectuais de diversas correntes como Graciliano Ramos e Gilberto Freire, que escreviam sobre suas áreas de interesse, como história, literatura e folclore. A divisão de divulgação também é responsável por distribuir a fotografia oficial de Getúlio Vargas em colégios, repartições públicas, bancos, rodoviárias, aeroportos e em qualquer lugar em que a imagem do governante pudesse ficar à mostra.

Em setembro de 1940, por meio de um decreto, o poder do DIP ampliou-se com a criação de um departamento de controle da imprensa e da propaganda em cada estado para auxiliá-lo. Era o DEIP, o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, que passa a possuir em âmbito local as mesmas atribuições do Departamento de Imprensa e Propaganda. Ainda em 1940, o DIP passa a centralizar as verbas de publicidade do Banco do Brasil e de todas as outras instituições do governo, distribuindo-as entre os órgãos de imprensa e espetáculos de cultura de sua preferência, ou seja, aqueles que manifestavam posição favorável ao governo e não se mostrassem contrários (pelo menos publicamente) às ordens dadas pelo órgão.

As restrições impostas estão relacionadas com os rumos da política nacional. Uma delas, em dezembro de 1940, é a proibição de que os jornais cinematográficos exibissem qualquer imagem ou notícia relacionada à Inglaterra. Esta medida pode ser interpretada como uma expressão de simpatia pelo Eixo. Destacamos também o fato de

que, em julho de 1942, Filinto Muller, chefe de polícia do Distrito Federal, tenta impedir a realização de uma passeata de estudantes em apoio aos países Aliados. A manifestação acaba acontecendo por intervenção do ministro interino da Justiça, Vasco Leitão da Cunha, que ocupava no cargo por causa de uma viagem do titular Francisco Campos. Este acontecimento expõe em público dissidências entre integrantes do governo. Lourival Fontes, diretor-geral do DIP, Osvaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, e Ernani Amaral Peixoto, interventor no estado do Rio de Janeiro, apoiam a decisão do ministro interino. Eurico Gaspar Dutra defende a posição do chefe de polícia. Em decorrência da crise, são demitidos de seus cargos Filinto Muller, Francisco Campos, Vasco Leitão da Cunha e Lourival Fontes.

Logo após o Brasil entrar na Segunda Guerra Mundial, em agosto de 1942, o major Antônio José Coelho dos Reis é nomeado para a direção do DIP. Em abril de 1943, nova mudança: o controle do Departamento de Imprensa e Propaganda passa para o capitão Amílcar Dutra de Meneses.

No dia 23 de maio de 1945, logo após a concessão de anistia aos presos políticos, mais uma crise mostra as desavenças entre integrantes do governo. Amílcar Dutra de Meneses autoriza a transmissão do discurso do líder comunista Luís Carlos Prestes em um comício no estádio do Vasco da Gama. A resolução é criticada pelo ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, que determina uma contra-ordem governamental no sentido de que fosse suspensa a irradiação. Mais uma vez, o governo mostra-se fragilizado por disputas internas.

A crise interna e as vitórias sucessivas das Forças Aliadas no *front*, ajudam a desestabilizar o governo Vargas. Refletindo a fraqueza do sistema, o DIP começa a perder poder de ação e a não ser tão temido como na época de sua criação.

Depois de extinto, O DIP inspira a criação do Departamento Nacional de Informações e, mais tarde, do Serviço Nacional de Informações.

5 - A CULTURA COMO ARMA DE PROPAGANDA

A Era Vargas é responsável pela consolidação de uma nova visão sobre a cultura brasileira. A estética modernista e a cultura popular se consolidam, tomando o espaço que antes era ocupado pela cultura clássica e elitista, considerada “superior”. A promoção da cultura e o surgimento de novos conceitos culturais são utilizados para diferenciar o governo de Getúlio Vargas dos seus antecessores da República Velha. Os artistas da época passam a conviver com a dualidade de apoiarem ideologias de esquerda e, ao mesmo tempo, serem financiados pelo governo, que transmite a imagem de promotor da cultura e utiliza suas obras como uma forma de propaganda, preenchendo os espaços sociais com mensagens favoráveis ao regime.

Após o rompimento estético que marcou os anos 20, os artistas da década de 30 e 40 passam a questionar a realidade brasileira com mais vigor do que era visto até então. Este questionamento inicialmente coloca-se ao lado das primeiras transformações provocadas pela mudança de rumos na política brasileira. Porém, quando se instaura o Estado Novo e se estabelece um regime de exceção, os artistas começam a se rebelar contra o governo.

Apesar da popularização das expressões artísticas ter se manifestado em todo o mundo, o boom da cultura de massa também é usado no país para difundir valores do interesse do governo como o amor ao trabalho, contra o estigma da malandragem que imperava em estilos musicais como o samba.

5.1 – O RÁDIO COMO INSTRUMENTO DE PROPAGANDA

A década de 30 é o marco da explosão de popularidade do rádio no Brasil. O decreto nº. 21.111, de 1º de março de 1932, autoriza os canais a terem 10% de suas grades ocupadas por propaganda. Com isso, as emissoras passam a popularizar suas programações para atrair o público e, conseqüentemente, os anunciantes. Por atrair cada vez mais ouvintes, o governo também se utiliza desta mídia para ratificar seu regime com o público.

Desde a criação do Departamento de Propaganda (DP), em 1931, o governo implanta uma política de controle das informações que são divulgadas. O DP é extinto em 1934 e substituído pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC). Em 1938, quando o DPDC transforma-se em Departamento Nacional de Propaganda (DNP), a Voz do Brasil é transmitida pela primeira vez por todas as emissoras de rádio e com a duração de uma hora, visando doutrinar os ouvintes de acordo com a mentalidade do regime e a transmissão oficial de notícias sobre os principais acontecimentos da vida nacional.

A partir de 1939, com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), a Voz do Brasil muda um pouco o seu formato. Além de informar tradicionalmente sobre os atos do presidente da República e as realizações do governo, o programa se destinava também a incluir uma programação cultural que procurava incentivar o “bom gosto” dos ouvintes por meio da audição de autores célebres. Canções da Música Popular Brasileira eram privilegiadas. Também possuía uma forte parte cívica, onde feitos heróicos nacionais eram destacados através de peças históricas de destacados dramaturgos da época.

De janeiro de 1942 até julho de 1945, o então ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, fazia palestras semanais dirigidas aos trabalhadores. Cada discurso tinha dez minutos, em média.

Após o fim do regime, a Voz do Brasil assume um modelo semelhante ao que possui até hoje: um jornal com os principais fatos noticiosos da vida política do país, principalmente sobre os assuntos que são discutidos no Congresso Nacional. A idéia de um programa de rádio obrigatório em horário nobre parecia perfeita para propagar os ideais do governo, mas nenhum dos artifícios utilizados para torná-lo atraente como a execução de músicas ou a leitura de peças sobre momentos históricos importantes do país foram suficientes para prender a audiência ao programa, que já naquela época ficou conhecido como “o fala sozinho”.

5.2 – A MÚSICA POPULAR E O ESTADO NOVO

Durante o Estado Novo, os órgãos de censura conseguem controlar, até certa medida, os ímpetos críticos e políticos expressos em composições veiculadas no rádio. Quando o DIP começa a perder força, o desagrado que o regime provocava em parte da classe artística passa a ser evidente.

A oficialização dos desfiles de escola de samba na então capital federal, em 1935, sob a justificativa de organizar as manifestações e transformar o evento em uma atração turística da cidade, também deixava claro que certos tipos de discursos não seriam aceitos, como, por exemplo, o samba de 1932 da escola Vai Como Pode (que com a regularização dos desfiles passaria a se chamar Portela), “Dinheiro não há”: “lá vem ela

chorando/ o que é que ela quer?/ Pancada não é, já dei/ Mulher da orgia quando começa a chorar/ quer dinheiro, dinheiro não há.”(CENSURA MÚSICA, 2005, Web)

De acordo com a cartilha pregada pelo governo, não era correto afirmar nas letras que o bom era ser malandro e não trabalhar. Os sambas “subversivos” ainda podiam ser ouvidos freqüentemente nas rádios até o golpe que iniciou o Estado Novo. Uma das alternativas encontradas pelos compositores era a argumentação de que o malandro bem que tentava trabalhar, mas o trabalho que não queria nada com ele, como na canção “Cadê Trabalho?”, de 1932, composta por Noel Rosa e Canuto:

Você grita que eu não trabalho/Diz que eu sou um vagabundo/
Não faça assim, meu bem/ Pois eu vivo ativo neste mundo/ À
espera do trabalho/ E o trabalho não vem/ Quando eu me sinto bem
forte/ Vou procurar um baralho/ Mas fico fraco e sem sorte/ Se
vejo ao longe o trabalho/ Acordei com pesadelo/ Quase que o chão
escangalho/ Com dores no cotovelo/ Por sonhar com o trabalho/
Trabalho é meu inimigo, já quis me fazer de tolo/ Marcando
encontro comigo/ O trabalho deu o bolo.(CENSURA MÚSICA,
2005, Web)

As músicas que ufanavam o regime passam a ser mais comuns a partir de 1939, com a criação do DIP, como o samba gravado por Ataulfo Alves em 1941 “É Negócio Casar!” que afirma: “O Estado Novo veio para nos orientar/ No Brasil não falta nada/ Mas precisa trabalhar”.

Para se ter um exemplo da ação do DIP na música popular, podemos comparar duas canções compostas por Ciro de Souza antes e depois da implantação do órgão. A primeira é “Tenha Pena de Mim”, um dos maiores sucessos do carnaval de 1938, na voz de Aracy de Almeida:

Ai, ai, meu Deus/ Tenha pena de mim/ Todos vivem muito bem/
Só eu quem vivo assim/ Trabalho, não tenho nada/ Não saio do
misere/ Ai, ai, meu Deus/ Isso é pra lá de sofrer. (CENSURA
MÚSICA, 2005, Web)

Em 1942, Ciro lançou para o carnaval a marchinha “Sete Horas da Manhã”:

Quatro horas da manhã eu já estou de pé/ Enquanto eu lavo o rosto,
ela faz o meu café/ Embrulha o meu almoço, eu me visto e vou andar/
Cumprimento o meu chefe e vou marcar o meu cartão/ Às dez horas,
quando apita, eu saio para almoçar/ Mais tardar, às seis e meia, vou
regressando ao meu lar (CENSURA MÚSICA, 2005, Web)

Mas uma das maiores exaltações às diretrizes defendidas pelo DIP pode ser considerada a música “Eu Trabalhei”, interpretada por Orlando Silva, o maior cantor da época, para o carnaval de 1941:

Hoje tenho tudo, tudo o que um homem quer/ Tenho dinheiro, um
automóvel e uma mulher/ Mas para chegar até o ponto em que cheguei/
Eu trabalhei, trabalhei, trabalhei/ Eu hoje sou feliz/ E posso
aconselhar:/ Quem faz o que eu já fiz/ Só pode melhorar.../ E quem diz
que o trabalho não dá camisa a ninguém/ Não tem razão, não tem, não
tem(CENSURA MÚSICA, 2005, Web)

5.3 – SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

A criação de um serviço de patrimônio histórico e artístico no governo de sociedades contemporâneas significa a tentativa de preservação de um conjunto de referências que representariam a memória nacional como: monumentos, igrejas e relíquias. Apesar de já existirem algumas iniciativas locais, a criação de um órgão nacional destinado a

proteger a identidade do Brasil só acontece em 1936, quando o governo solicita a organização de uma instituição nacional de proteção do patrimônio cultural a Mário de Andrade. Em 30 de novembro de 1937, Getúlio Vargas assina o decreto que cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. No seu documento de criação, o órgão é definido como: “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.(CPDOC/FGV, 2005, Web)

Ao longo do tempo, a instituição veio a ser um departamento e uma secretaria até assumir o formato de um instituto que pertence ao Ministério da Cultura, como permanece até hoje. O diretor que mais tempo esteve na direção do órgão responsável pela conservação de tudo o que pudesse ser considerado patrimônio nacional foi Rodrigo Melo Franco de Andrade, que permaneceu no cargo desde a sua fundação até morrer, em 1969. Ele orientou o SPHAN de acordo com a noção de que os bens culturais que poderiam ser classificados como patrimônio e deveriam fazer a mediação entre os personagens históricos ou entre os brasileiros de ontem e hoje. Estes bens deveriam ajudar a educar a população de acordo com o interesse do poder estabelecido para respeitar a unidade nacional.

5.4 – ARTISTAS E POLÍTICOS

Os artistas da época vivem a dualidade de serem favoráveis a ideologias de esquerda, mas receberem financiamentos pelo estado de direita, que possui interesse em transparecer a imagem de financiador da cultura e do desenvolvimento.

Heitor Villa-Lobos é convocado por Getúlio Vargas para pôr em prática um de seus maiores sonhos: democratizar o ensino de música clássica em escolas públicas. Em 1932, ele é nomeado Superintendente de Educação Musical e Artística do então Distrito Federal e, em 1942, Diretor do Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, do Ministério da Educação e Cultura. Nos anos 30 e 40, realiza enormes exibições orfeônicas. Numa delas, conta com 42 mil vozes de estudantes da rede pública de ensino. Sobre o movimento que levou Vargas ao poder, Villa-Lobos afirmava que vira na mudança uma chance de ajudar o país a deixar de imitar a musicalidade estrangeira:

O movimento de 1930 apontava novas diretrizes políticas e culturais, apontando ao Brasil rumos decisivos, de acordo com o seu processo lógico de evolução histórica. Cheio de fé na força poderosa da música, senti que era chegado o momento de realizar uma alta e nobre missão educadora dentro de minha pátria. Senti que era preciso dirigir o pensamento às crianças e ao povo e resolvi iniciar uma campanha pelo ensino popular da música no Brasil, crente de que o canto orfeônico é uma fonte de energia cívica vitalizadora e um poderoso fator educacional. (VILLA-LOBOS, 2005, Web)

Cândido Portinari foi um dos maiores, senão o maior, pintor de seu tempo. Suas relações com o poder foram bem menos harmoniosas do que as de Villa-Lobos. É um exemplo de artista que viveu dividido entre os benefícios do governo e as causas que defendia. O pintor chegou a filiar-se ao Partido Comunista Brasileiro, mas nunca se afastou da oficialidade. Ao mesmo tempo em que denunciou a miséria e a desigualdade social com sua arte, ele produziu para o governo Vargas e também fez retratos sob encomenda para pessoas endinheiradas. Defendia a arte engajada como uma maneira de transformar a sociedade: “Estou com os que acham que não há arte neutra. Mesmo sem

nenhuma intenção do pintor, o quadro indica sempre um sentido social”. (PORTINARI, 2005, Web)

Portinari recebeu duras críticas de amigos ao aceitar pintar os painéis que enfeitariam o prédio do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro, e que tomariam oito anos de seu trabalho. Oswald de Andrade, que até então defendia o trabalho do amigo, publicou no jornal O Estado de São Paulo um texto chamado “As pinturas do coronel”, em que acusava Portinari de ter se rendido aos apelos do dinheiro e da cultura oficial.

Em uma carta a Mário de Andrade em dezembro de 1944, Portinari reclamou das críticas:

Começaram a fazer um retrato meu bastante falso, dizendo que fiquei rico, que fiquei besta, que só recebo pessoas que me convêm, que fico favorecido pelos meios oficiais e isso tudo é bem mentira. Continuo o mesmo, só que com menos fé no que eu faço e com a idéia de que estou doente. Essas duas coisas me perseguem dia e noite. (GRANATO, 2003, p.121)

Mário de Andrade, por sua vez, também manteve relações conturbadas com o governo de Getúlio Vargas. Chegou a apoiar a Revolução de 30 (seu irmão lutou nas frentes de batalha) e foi chefe do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo durante o governo de Paulo Prado. Fundou bibliotecas públicas, instituiu a merenda escolar e criou o Departamento de Patrimônio Histórico e a Sociedade de Etnografia e Folclore.

Quando Vargas decretou o Estado Novo, ele foi um dos primeiros intelectuais a manifestar-se contra o regime de exceção. Mesmo assim, isso não impediu que fosse convidado a transferir-se para o Rio de Janeiro em 1938, para dirigir o Instituto de Artes da Universidade do Distrito Federal e ocupar a cátedra de história e filosofia da arte.

Após o surgimento do SPHAN, foi transferido para o novo órgão que ajudou a criar. Apesar de colaborar com o governo, Mário viu boa parte de suas criações (principalmente no período em que trabalhou na Prefeitura) ir por água abaixo pela intervenção do Estado Novo.

Ao retornar para São Paulo, em 1941, reafirmou sua posição ideológica contrária ao governo e mesmo assim continuou a trabalhar no SPHAN. Em 1942, junto com outros intelectuais contrários ao regime ditatorial do Estado Novo, fundou a Associação Brasileira de Escritores (ABRE), entidade que lutou pela redemocratização do país.

Muitos acreditam que as decepções com o trabalho o ajudaram a mergulhar na depressão e nas bebidas alcoólicas no fim da vida. Mário de Andrade morreu em fevereiro de 1945.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O antropólogo mexicano Nestor García Canclini afirma que as décadas de 30 e 40 do século XX são responsáveis por significativas transformações nas sociedades latino-americanas. Uma das mais importantes é a transição de uma organização predominantemente agrária para urbana, com a acelerada industrialização do país. Porém, Canclini aponta que o avanço deste processo de desenvolvimento econômico só se torna possível graças ao êxodo de populações rurais para as cidades e a intensificação dos fluxos de imigração, o que vinha ocorrendo desde o fim do século XIX. O aumento da população urbana cria um grupo que oferecia mão-de-obra barata, que possibilita o desenvolvimento das indústrias.

O crescimento deste novo segmento social mostra que a manutenção do poder nas mãos das oligarquias rurais começa a se tornar impossível se não atendessem, de alguma maneira, as reivindicações desta nova população urbana. Estes novos cidadãos não eram definíveis pelas estruturas sociais existentes no Brasil até então. O estilo de vida e o pensamento dos meios urbanos começavam a ser afetados pela presença deste novo estrato social.

Dentro do espaço da política, tanto a direita quanto a esquerda encaravam as massas com receio: a direita acreditava que o surgimento deste novo grupo colocava em risco a manutenção de privilégios seculares, e parte da esquerda pensava que a maioria desta nova classe era representada por pessoas que não possuíam nem manifestavam vocação de luta. Vargas e seus aliados percebem este vácuo e legitimam seu poder através desta classe considerada marginal até então.

São estabelecidos os princípios de um governo que pretendia atender algumas necessidades das massas, mas sem alterar as estruturas existentes. Desta maneira, quando o Estado Novo foi instituído, Getúlio Vargas e seus partidários se colocam diante do povo como árbitros dos interesses antagônicos das classes e representantes das aspirações populares, em cujo nome passam a exercer a ditadura, ou seja, a manipulação direta de todos os espaços coletivos.

A cultura, assim como toda a sociedade, também passou por profundas transformações. De acordo com Jesús Martin-Barbero, as manifestações culturais que possuíam sentido no contexto rural perdem seu contexto com a industrialização. As antigas celebrações ganham *status* de representações do nacionalismo e passam a ser difundidas pelos meios de massa. O populismo absorve para si as representações nacionais como símbolos de seu governo, como maneira de mostrar que ele é dedicado às classes populares.

Como a mídia passa a ganhar cada vez mais espaço e importância na vida das pessoas por ser um meio acessível de se obter informação e entretenimento, o governo percebe que este é um eficiente veículo de propaganda de seus atos e passa a controlá-lo para que apenas boas notícias a seu respeito sejam veiculadas. A consequência de uma bem sucedida campanha de censura é a construção de uma boa imagem do governo, pois apenas os prós (e nunca os contras) são conhecidos pelo povo.

Os artifícios políticos aqui apresentados sempre existiram, alguns desde a Grécia Antiga, com o surgimento da democracia. Porém, o que podemos perceber é que o jogo político ganha proporções maiores com o advento dos meios de comunicação de massa. A propaganda ganha grandes dimensões ao longo do século XX, e isto não se refere

apenas a indução à compra de produtos, mas também a propagação de atributos e ideais políticos.

As mudanças provocadas pelo movimento de ida e concentração das massas nas cidades, como consequência da industrialização, geraram incertezas e acabaram criando um terreno fértil com condições para a propagação de governos de ultradireita, que se multiplicaram de maneira muito semelhante ao redor do mundo. Como pudemos ver por meio das comparações entre a gestão getulista e os exemplos europeus de Hitler e Mussolini, também poderíamos comparar o governo brasileiro com outros, semelhantes, que se propagaram neste época, como o de Franco, na Espanha, e o de Salazar, em Portugal.

REFERÊNCIAS:

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e Cidadãos: conflitos culturais da globalização*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.

CENSURA MÚSICA

<http://www.bocc.ubi.pt/pag/moura-roberto-censura-musica.pdf>, consultado no dia 15/08/2005.

<http://www.brasileirinho.mus.br/artigos/trabalhompb.htm>, consultado no dia 15/08/2005.

CPDOC/ FGV

<http://www.cpdoc.fgv.br>, consultado no dia 10/03/2005.

GRANATO, Fernando. *O desabafo do pintor*. In: Revista Veja. Nº 1811, 16 de julho de 2003

JORNAL O GLOBO:

Keynes prevê uma Segunda Guerra. O Globo 2000. Rio de Janeiro: Jornal O Globo, 2000. p.182

Nova (e perigosa) ordem mundial. O Globo 2000. Rio de Janeiro: Jornal O Globo, 2000. p.182

KOSHIBA, Luiz e PEREIRA, Denise Manzi Frayze. História do Brasil. São Paulo: Atual Editora, 7ª edição. 1996.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Dos meios às mediações – comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.

PORTINARI:

<http://www.terra.com.br/diversao/portinati>, consultado no dia 30/06/2005

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. O fascismo marcha sobre Roma e toma o poder. O Globo 2000. Rio de Janeiro: Jornal O Globo, 2000, p.202 e 203.

_____ *Os primeiros dias do Terceiro Reich de Adolf Hitler*. In: O Globo 2000. Rio de Janeiro: Jornal O Globo, 2000. p. 291

SILVA, Hélio. 1944: O Brasil na Guerra. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

SOLA, Lourdes. *O golpe de 1937 e o Estado Novo*. In: Carlos Guilherme Mota (org.). Brasil em perspectiva. 2ª edição. São Paulo: Difel.

VARGAS, Getúlio. Documentos Históricos. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934.

VILLA-LOBOS:

<http://www.saoborja.com.br/getulio>, consultado no dia 01/08/2005

WEFFORT. Francisco C. A democracia brasileira no pós-guerra. In: História do século XX. Volume 5. São Paulo: Editora Abril, 1977. p.256



Cartaz fascista que busca atrair adeptos para *fascios de combattimento*.

ANEXO Itália_02:



Propaganda fascista que confronta fascismo e socialismo, afirmando que os adeptos da ideologia socialista são contra a família.

ANEXO Itália_03:



Cartaz de propaganda fascista que opõe fascismo e capitalismo liberal, onde um soldado italiano e um alemão agridem um banqueiro inglês.

ANEXO Itália_04:



Cartaz de propaganda fascista durante a Segunda Guerra Mundial.

ANEXO Itália_05:



Cartaz de propaganda fascista durante a Segunda Guerra Mundial.

ANEXO Itália_06:



Cartaz de propaganda nazi-fascista na Segunda Guerra Mundial.

ANEXO Itália_07:



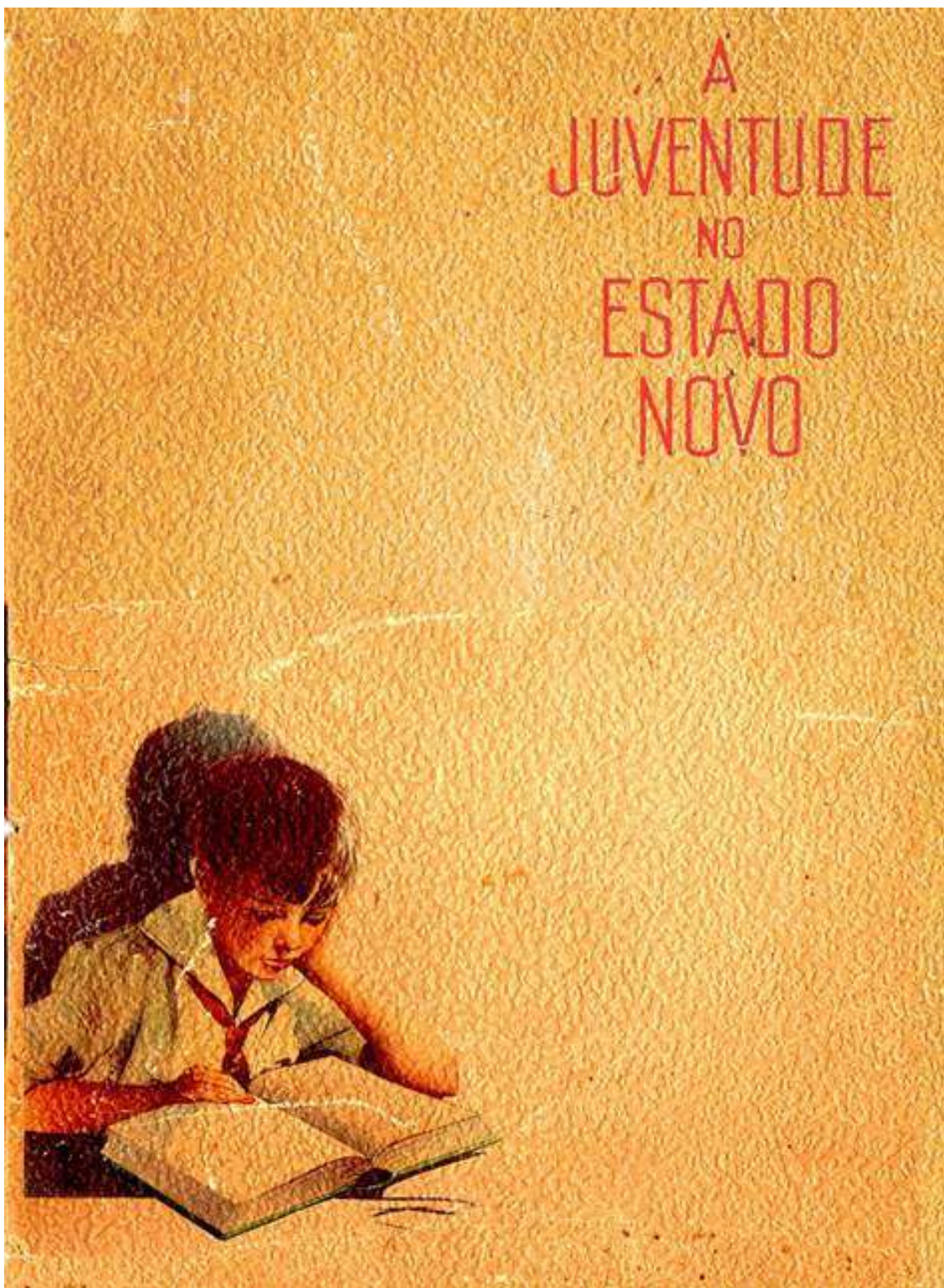
Cartaz de propaganda fascista na Segunda Guerra Mundial, onde Adolf Hitler e Benito Mussolini aparecem juntos.

ANEXO Itália_08:



Cartaz de propaganda fascista que retrata as forças aéreas italianas na Segunda Guerra Mundial.

ANEXO DIP_01:



Cartilha de viés nacionalista publicada pelo DIP.



Cartilha de viés nacionalista publicada pelo DIP.



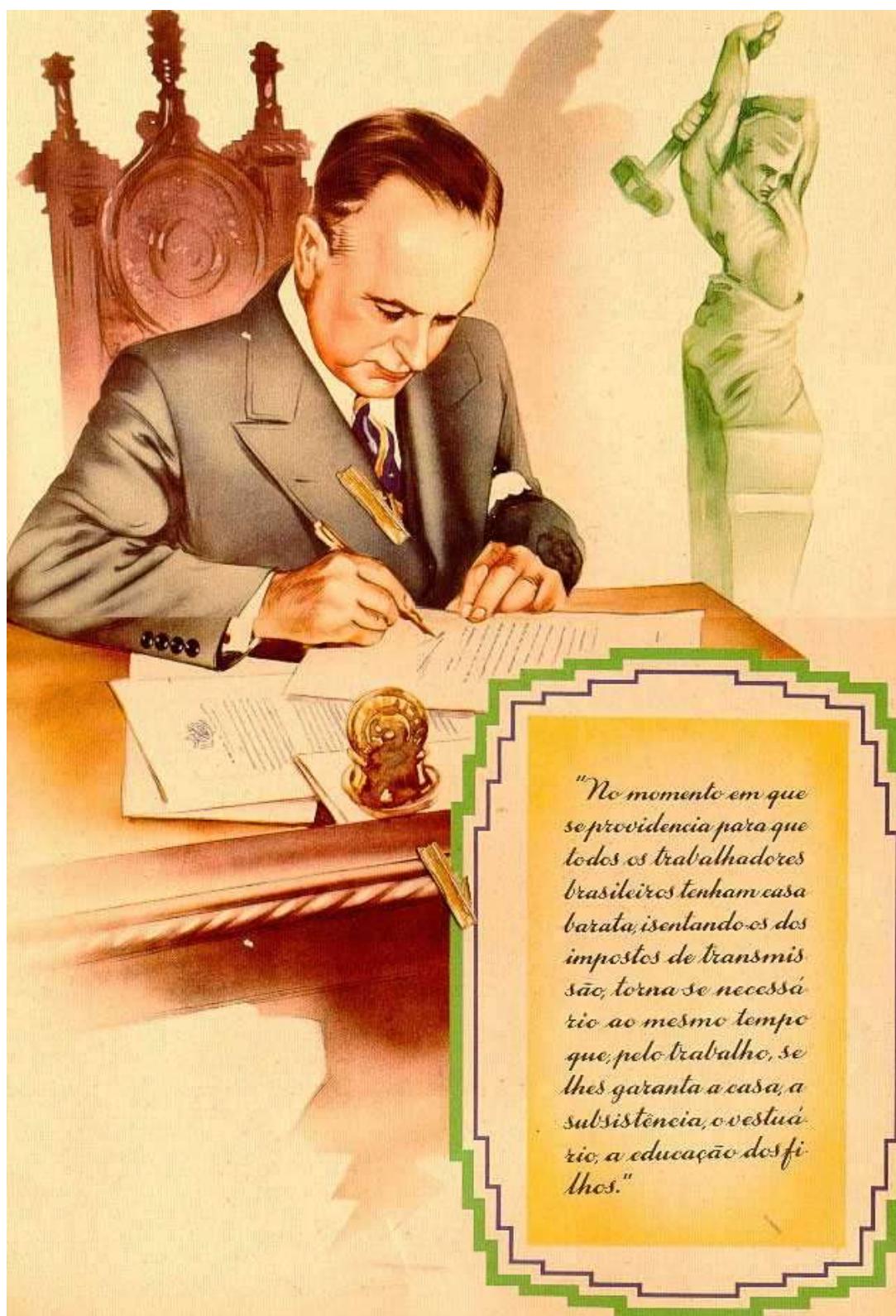
Cartilha de viés nacionalista publicada pelo DIP.



Cartilha de viés nacionalista publicada pelo DIP.



Cartilha de viés nacionalista publicada pelo DIP.



Cartilha de viés nacionalista publicada pelo DIP.



**Cartão postal de propaganda das Forças Armadas
às vésperas da Segunda Guerra Mundial.**



Cartão postal que faz propaganda da figura do Presidente da República.

ANEXO DIP_09:



Cartão postal que faz propaganda da figura do Presidente da República.